



## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601483-41.2022.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL**

**Relator:** Ministro Raul Araújo

**Representante:** Coligação Brasil da Esperança

**Representados:** Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto

### **DECISÃO**

ELEIÇÕES 2022. CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ALEGADO ABUSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO POR EMISSORA DE RÁDIO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. MANIFESTAÇÃO DE OPINIÕES E COMENTÁRIOS CRÍTICOS PROTEGIDOS PELA LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO (CF, ART. 220). AUSÊNCIA DE PROPAGANDA ELEITORAL DISSIMULADA, PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO OU USO DE PALAVRAS MÁGICAS. INOCORRÊNCIA DE EVIDENTE TRATAMENTO PRIVILEGIADO OU DE EXPOSIÇÃO MUDIÁTICA DESPROPORCIONAL DE CANDIDATO. NECESSIDADE DE COMPARAÇÃO ENTRE AS DEMAIS EMISSORAS PARA EFEITO DE CONSTATAÇÃO DE EVENTUAL DESEQUILÍBRIO DE TRATAMENTO. LINHA EDITORIAL INDEPENDENTE INERENTE À CADA VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. PLURALISMO DE IDEIAS NO REGIME DEMOCRÁTICO (STF, ADI 4451). INVIABILIDADE DA COMPROVAÇÃO DE ABUSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E DE PODER ECONÔMICO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL E

## EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Trata-se de **Ação de Investigação Judicial Eleitoral** proposta pela **Coligação Brasil da Esperança contra Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho (presidente da Rádio Panamericana S.A. — Jovem Pan News), Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto**, com o objetivo de investigar e responsabilizar os réus por abuso dos meios de comunicação social e disseminação de desinformação durante o processo eleitoral.

Alega a parte autora que a **Rádio Jovem Pan**, sob a liderança de Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, **se engajou ativamente em um ecossistema de desinformação favorável ao candidato Jair Bolsonaro e seu vice, Walter Souza Braga Netto, especialmente durante as eleições de 2022.**

Aponta que a emissora, uma concessionária de serviços públicos, abandonou o equilíbrio jornalístico necessário, promovendo a desinformação e o tratamento desigual entre os candidatos, em clara violação às normas eleitorais.

A inicial cita uma série de comentários, destacando a natureza parcial de seus interlocutores e a frequente difamação de candidatos opositores, principalmente do então ex-Presidente Lula. Eis a lista de comentários citados na inicial:

CONTEXTO	PROGRAMA	COMENTÁRIO
Análise dos debates presidenciais	Os Pingos nos Is (29.8.2022)	<b>Roberto Motta</b> elogiando Bolsonaro e criticando Lula:  “ <b>Nós vimos um candidato defendendo a liberdade [Bolsonaro]</b> e os demais defendendo o consenso populista progressista de esquerda que dominou o Brasil durante décadas e resultou nos governos desastrosos do PT”.
Análise dos debates presidenciais	Os Pingos nos Is (29.8.2022)	<b>Roberto Motta</b> refutando fala de Lula: “Também quero destacar a <b>desfaçatez do candidato do PT</b> de afirmar à televisão, em cadeia nacional diante de inúmeros jornalistas que ele foi inocentado pelo Superior Tribunal Federal e que teria sido também inocentado, palavras dele, pela primeira instância da ONU e pela segunda instância da ONU. Meus amigos, essa é uma afirmação que não foi desmentida por nenhum dos jornalistas presentes naquele debate”.
Análise dos debates presidenciais	Os Pingos nos Is (29.8.2022)	<b>Ana Paula Henkel:</b>  “Queria aproveitar a bola quicando que o Motta deixou de que o Lula disse que foi inocentado e nenhuma agência de checagem disse na hora que isso não é verdade. <b>Ele é considerado um ‘descondenado’.</b> <b>Ele não foi inocentado. Ele</b>

		<b>continua e vai continuar sendo um ex-presidiário</b> que foi condenado em 3 instâncias, que foi condenado por desembargadores do TRF-4 de Porto Alegre, indicados pelas administrações petistas, que escreveram no processo: há provas sobradas e, além disso, aumentaram a pena que foi dada pela primeira instância pelo então juiz Sergio Moro. Isso parece que sumiu, se dissipou das manchetes dos jornais”.
Análise dos debates presidenciais	Os Pingos nos Is (29.8.2022)	<b>Augusto Nunes:</b> “Lula está vendo agora o que e falar com gente que nao tem medo”.
Análise dos debates presidenciais	Os Pingos nos Is (29.8.2022)	<b>Ana Paula Henkel:</b> “Acho que o ponto alto do presidente foi nas considerações finais em que ele mostra a floresta, o todo do que significa a <b>volta da esquerda no Brasil, o Foro de São Paulo, os ditadores que o ex-presidente e ex-presidiário tem esse conchavo:</b> Nicarágua, Venezuela, ditadores africanos”.
Comentário sobre a agenda dos candidatos	<i>Morning Show</i> (31.8.2022)	<b>Zoe Martínez:</b> “O Lula e sua equipe ficaram bem preocupados, porque foi pessima a sua participação nesse debate. Deu pra ver claramente que ele não se preparou. Ele achou que seria uma coisa de amiguinhos passando a mão na cabeça dele, como foi a sabatina, ou melhor, essa conversa de bar com a Renata e o William. E aí o Bolsonaro participando dos próximos debates, o Lula é obrigado a participar. O Lula estava torcendo para o Bolsonaro não participar desses debates até chegar o segundo turno, que vai ser entre ele e o Lula... <b>E espero mesmo que assuntos como drogas, liberação de drogas, aborto, sejam colocados em pauta por parte do Bolsonaro, para que o público que ainda está indeciso tenha oportunidade de ver as bandeiras que o Lula realmente defende. Então essa diferença tende a cair cada vez mais”.</b>
Comentário sobre a agenda dos candidatos	<i>Morning Show</i> (31.8.2022)	<b>Figueiredo:</b> “Pesquisa funciona. Qual pesquisa funciona? A gente vai descobrir

		quando estiver chegando mais perto das eleições. O que a gente sabe é que vários desses institutos [...] erraram e erraram muito nas eleições passadas. E sempre na mesma direção, só erram para esquerda. Não existe nenhuma explicação estatística para errarem sempre pra direita”.
Comentário sobre pesquisa de opinião	<i>Morning Show</i> (31.8.2022)	<p><b>Figueiredo:</b></p> <p>“Pesquisa funciona. Qual pesquisa funciona? A gente vai descobrir quando estiver chegando mais perto das eleições. O que a gente sabe é que vários desses institutos [...] erraram e erraram muito nas eleições passadas. E sempre na mesma direção, só erram para esquerda. Não existe nenhuma explicação estatística para errarem sempre pra direita”.</p>
Comentário sobre o debate	<i>Morning Show</i> (31.8.2022)	<p><b>Zoe Maria Fernandez Martínez:</b></p> <p>“O Lula falando no debate que ele foi inocentado em duas instâncias da ONU. Será que esse vídeo, esse trecho do debate, também vai ser retirado? <b>Porque é uma grande fake news isso</b>, que até agora ninguém se manifestou. Esses que defendem tanto a liberdade e fora <i>fake news</i>, eles não estão nem aí para falar do Lula. Por que... é isso que eu falo. O Guga fala que é desigual. Por isso que o TSE tá fazendo isso de retirar posts. Porque o Bolsonaro tá com uma máquina na mão e o Lula não. Então é uma disputa desigual. Mas desigual se torna a partir do momento que muitos posts da direita são retirados, e alguns específicos da esquerda são retirados. Isso sim é desigual. [...]</p> <p>Isso pra mim sim é desigual. O Bolsonaro sendo chamado de miliciado... Ele é miliciano? É comprovado que ele é miliciano? Ou isso é uma <i>fake news</i>, uma calúnia, uma difamação? Até agora os usuários da internet podem chamar o Presidente da República, seus filhos, familiares, de milicianos, de tudo. Mesmo não sendo provado nada.</p> <p><b>E o Lula não. O Lula é acusado de qualquer coisinha, mesmo sendo verdade, aí é retirado por ordens do TSE”.</b></p>

Comentário sobre o debate	Morning Show (31.8.2022)	<p><b>Zoe Maria Fernandez Martínez:</b></p> <p>“Eu acho que o Lula tá no direito dele de mentir, de falar que foi inocentado, e não ter a publicação retirada [...]”.</p>
Crítica ao TSE	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Vitor Brown:</b></p> <p>“[...] A quebra do sigilo bancário e o bloqueio das contas dos oito empresários que foram alvos do Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal na semana passada, <b>não foi requisitada pela Polícia Federal.</b> O próprio Moraes, relator da investigação, <b>revelou ter atendido um pedido do senador Randolfe Rodrigues, que é um dos coordenadores da campanha de Lula.</b> [...] Já durante a cerimônia de posse do Ministro Alexandre de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral, <b>o ministro e Randolfe Rodrigues foram flagrados em um longo abraço e trocando risadas. Com esse destaque a gente abre o programa dessa quarta-feira [...]</b>”.</p>
Crítica ao TSE	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Guilherme Fiuza:</b></p> <p>“Nos vimos aí, portanto, o professor Randolfe, estrela daquela CPI da vergonha e assessor da campanha do Lula, do impoluto Luiz Inácio, como aquele que está dando aula dizendo o seguinte: a acusação, o início de uma diligência dessa gravidade, não dependem do Ministério Público. O professor Randolfe está anulando as funções constitucionais do Ministério Público — ele está dizendo que não precisa. Ele tem o inquérito, né? De onde vem aquela empáfia do Randolfe, né? <b>Vem do carinho que ele recebe do consórcio, principalmente da emissora que fez o editorial disfarçado de sabatina, dizendo que o Lula não deve nada à Justiça brasileira.</b> Neste mesmo canal, que é um canal muito importante [...] o país deve muito a ele e eu espero que ele se regenere, neste mesmo canal, o Randolfe está sempre bem na foto, por isso que ele tem essa empáfia toda, ele estará sempre. <b>Qualquer dessas vontades que ele tem, junto do Alexandre de Moraes baseado em uma materinha fajuta, ou em uma nota de jornal, de WhatsApp,</b></p>

		<p><b>ele terá ali a tintura de uma grande denúncia, de uma grande defesa da democracia.</b> Então, evidentemente que nós estamos diante de uma dissolução de princípios legais, nós estamos diante de um vale tudo. Se o Randolfe que é da campanha do <b>Lula</b>, coordenador da campanha do <b>Lula</b>, né, que tem essa incrível afinidade parainstitucional com o Supremo Tribunal Federal, <b>diz que basta ele e o Alexandre quererem</b> — foi isso o que ele disse, foi exatamente isso que ele disse, com uma edulcoração ali da linguagem — dizendo que o inquérito é suficiente para o Ministro do STF prescindir do Ministério Público [sic]. Conversa fiada. Ele está dizendo, ele está anulando o Ministério Público como um elemento essencial a qualquer processo judicial. Então, eles estão na cara de todo mundo, na cara de todos vocês que estão caladinhos diante disso, <b>fazendo um direito particular, às vésperas de uma eleição</b>”.</p>
Crítica ao TSE	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Ana Paula Henkel:</b></p> <p>“[...] agora, um dos coordenadores da campanha do <b>ex-presidente e ex-presidiário, alimentando o judiciário e Alexandre de Moraes, simplesmente atendendo esse pedido</b> [...] há um conflito de interesses em todas as esferas de Randolfe como coordenador da campanha de Lula, agora alimentando Alexandre de Moraes, Rodrigo Pacheco com ações do seu escritório de advocacia no STF, ou seja, é preciso que os homens de coragem desse país comecem a falar de maneira enfática sem medo desse ditador que hoje nós temos aí no Brasil que é Alexandre de Moraes”.</p>
Comentário sobre condenação de Lula	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Guilherme Fiuza:</b></p> <p>“O que nos vimos na manifestação do senador, contra aquele, eu não sei nem classificar, aquele personagem que criou uma história, ele apareceu falando que aí o apartamento que o <b>Lula</b> foi uma vez. <b>Ora, eles acham que a população é trouxa.</b> Eles acham que a justiça brasileira não serve para nada. <b>Que a justiça brasileira condenou o Lula por</b></p>

		<p><b>corrupção em três instâncias e esses crimes não foram crimes não foram revogados [sic], está lá tudo demonstrado.</b> É uma afronta, um desrespeito à população, à inteligência da população, <b>ficar com essa historinha de conversa fiada de que ‘ah não, foi um cara lá que delatou pra ganhar dinheiro, pra se safar’, isso é mentira”.</b></p>
Comentário sobre condenação de Lula	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Vitor Brown:</b></p> <p>“Vamos falar de outro candidato: <b>Lula.</b> Após utilizar fala do jornalista William Bonner para dizer que é inocente, a equipe de <b>Lula</b> publicou um vídeo nas redes sociais desacreditando a operação Lava Jato. O partido a chamou de armação política. <b>Mesmo sendo condenado em primeiro e segunda instâncias por envolvimento em escândalos de corrupção,</b> a peça produzida com uso do fundo partidário afirma que as decisões do ex-juiz Sérgio Moro teriam como único motivo tirar o petista das eleições de 2018. A propaganda tenta ainda <b>vender a ideia de que Lula é inocente pois teria sido absolvido em todos os processos.</b> Apesar de estar de solto há quase três anos, <b>o petista não foi absolvido, como afirma, Lula foi beneficiado por decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou a Vara Federal de Curitiba incompetente para julgar os casos”.</b></p>
Comentário sobre condenação de Lula	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Guilherme Fiuza:</b></p> <p>“Olha, e por isso que ele [Lula] fala o que bem entende por aí porque ele não tem mais o contraste da imprensa. <b>A imprensa, outrora gloriosa, ela sanciona uma manobra do Supremo Tribunal Federal e trata o Lula como inocente, que não é [...]</b> A imprensa aparece aqui para dizer que <b>o Lula não deve nada a justiça,</b> e outras coisas graciosas [...]”.</p>
Crítica à gestão de Lula	<i>Morning Show</i> (1º.9.2022)	<p><b>Zoe Martinez:</b></p> <p>“O <b>Lula.</b> Quem que o <b>Lula</b> que é conhecido como o pai dos pobres fez pelo pobre? O Bolsonaro tava gravou um vídeo mostrando um prédio inacabado, uma obra inacabada que</p>

começou na época do PT de uma universidade, o nome da universidade é Universidade da América Latina. Mas uma obra aí do Foro de São Paulo. Vocês sabem quanto foi investido nesse prédio que até hoje não foi concluído? 160 milhões de reais. Dinheiro que podia ter ido para educação, pra saúde, pra geração de empregos, pra tirar esse pobre que eles tanto dizem se preocupar da pobreza. Dá pra esses 160 milhões de reais pra onde será que foi todo esse dinheiro? Que pro prédio não foi senão a gente teria concluído. **O Bolsonaro, que o Bolsonaro tá fazendo? Tá começando uma obra nova aí, uma ponte nova da amizade, isso sim é cuidar do pobre.** Não adianta nada no discurso falar porque eu vou cuidar de você, porque eu... funcionar como pai, né? Porque as pessoas gostam de se sentir incluídas. O brasileiro gosta muito disso, de paternalismo. Do presidente, ou candidato chegar e falar, olha, eu vou cuidar de você. **Não adianta nada no papo ser assim e na prática ao invés de você dar esse dinheiro pro povo, colocar no próprio bolso. É isso que a gente vê com o PT, com o Lula.** O que a gente viu com a Dilma, o Ciro Gomes pelo mesmo caminho se tivesse hoje no poder faria a mesma coisa. Então servem, esses atos falhos servem para as pessoas de fato ver quem é que é, que a imprensa ela tenta passar uma imagem do candidato, mas o próprio candidato nas suas atitudes mostra quem é que quem. **E por isso que as pessoas, os ministros, o Supremo Tribunal Federal e tantos militantes por aí que se dizem jornalista querem e apoiam a censura pras mídias sociais.** A retirada de vídeos, que eles não gostam, consideram ofensivos. Por que? Porque se torna difícil manipular a notícia, se hoje a gente não tivesse internet como esse vídeo do Ciro estaria circulando? Como as pessoas teriam oportunidade de ver que verdadeiramente o Ciro. Por isso é que eles se incomodam tanto e querem a todo custo cortar aí, né, o alcance desses vídeos, retirar

		publicações alegando que são <i>fake news</i> , mas...”.
Crítica à gestão de Lula	Morning Show (1º.9.2022)	<p><b>Zoe Martínez:</b></p> <p>“O próprio Guga falou, é suspeito. E olha a indignação que gera no Guga. É engraçado de ver. Ele está indignado. Não, o Bolsonaro é suspeito. E até alegou, não o Bolsonaro comprou todos esses imóveis em dinheiro vivo. Eu quero ver ele provando isso. Senão Bolsonaro, se você está assistindo, ou alguém da sua família, mete um belo de um processo nele. Um belo de um processo legal. Ele tenha que provar na justiça essas acusações aí sem prova, sem fundamento algum. Mas é engraçado que o suspeito gera indignação no Guga e na petezada. Mas não gera indignação um corrupto que foi condenado em três instâncias e mais de dez desembargadores acusaram e que tinha provas. Foi pra prisão, cumpriu pena e não continuou preso graças aos amiguinhos dele do Supremo Tribunal Federal. Isso não gera indignação no querido Guga que tá fazendo um monte de careta aqui. Agora o Bolsonaro que em trinta anos, esses imóveis foram comprados por mais de dez parentes do Bolsonaro, isso cria uma suspeita. O Bolsonaro ladrão. Pois eu quero ver é as provas. Eu quero ver o Bolsonaro sendo condenado em três instâncias por mais de dez desembargadores igual o cãozinho de estimação do Guga”.</p>
Comparação de Lula a Hitler (em razão da popularidade)	Três em um (1º.9.2022)	<p><b>Jorge Serrão:</b></p> <p>“[...] tentar vender a velha ideia de que nos tempos de <b>Lula foi melhor a percepção da economia, vendendo sempre aquela ideia de que ele saiu do poder com 87% de popularidade, número maior até que o de Adolf Hitler quando governou a Alemanha nazista.</b> Porque Hitler, segundo pesquisas da época, teria saído com 86% de popularidade até a guerra, depois da guerra ele saiu pro inferno e aí não tem pesquisa que resolva essa questão, mas o PT vai nessa estratégia, é bater em Bolsonaro no que conseguir, mas sempre o Presidente Bolsonaro até agora tem</p>

		mostrado uma alta resiliência aos ataques”.
Fala sobre a condenação de Lula	Três em um (1º.9.2022)	<p><b>Cristina Graeml:</b></p> <p>“Eu queria fazer uma observação, que eu acho emblemático, o TSE está correto, o <b>Roberto Jefferson é ficha suja</b> e a cartada que ele deu foi igualzinha à que o PT deu em 2018 querendo lançar a candidatura Lula com o Lula na cadeia, simplesmente não havia essa possibilidade. Mas eu acho emblemático os crimes que pesam sobre Roberto Jefferson, as condenações pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção. Por acaso <b>os mesmos crimes que pesavam sobre o então presidiário Lula, que depois de descondenado numa manobra, ele não foi inocentado, conseguiu reaver seus direitos políticos. Lavagem de dinheiro e corrupção, nenhum brasileiro deveria aceitar uma pessoa que foi condenada por esses crimes</b>, especialmente se ainda não cumpriu a pena, que ela se estivesse candidatando a cargo público de novo. É um perigo, e uma bomba relógio que estão jogando no povo brasileiro”.</p>
Comentário sobre a corrupção do governo Lula	Três em um (1º.9.2022)	<p><b>Rodrigo Constantino:</b></p> <p>“É como se aquele cara que abusou naquela cena asquerosa numa mulher durante anestesia, fosse inocentado por um malabarismo de CEP. ‘Não, foi julgado no lugar errado’. A pergunta que a gente deve fazer é: você levaria sua esposa para tomar anestesia com esse cara? Agora é curioso que o Roberto Jefferson, ele tá inelegível por conta do mensalão, mensalão esse que estourou em 2005. Eu sei porque foi dois meses depois de eu lançar meu livro sobre o PT ‘Estrela cadente, as contradições e trapalhadas do PT’, ali eu já mostrava todo esse DNA totalitário e tudo que depois ficou mais óbvio pra maioria e o <b>Lula, que era o grande comandante, o grande beneficiado do esquema todo tá elegível</b>. O Piperno mostrou um grande zelo pela questão da lei, da regra, mesmo sendo anistiado tem oito anos depois. Curiosamente, esqueceram disso pra uma pessoa:</p>

		Dilma Rousseff. Sofreu impeachment, o artigo 52 da Constituição é claríssimo e o que fez o Lewandowski, <b>amigo da família do Lula?</b> Rasgou em praça pública e permitiu que a Dilma fosse candidata ao Senado. A turma escolheu o Pacheco, deu na mesma. Veja que coisa curiosa, a lei no Brasil só vale pra alguns”.
Comentário sobre a corrupção do governo Lula	Três em um (1º.9.2022)	<b>Cristina Graeml:</b> “Como recordar e viver, eu acho bom a gente lembrar aqui que Lewandovski foi nomeado para o STF pelo <b>Ex-Presidente Lula, que está querendo voltar à cena do crime</b> para poder indicar mais dois ministros para o STF”.
Crítica a Lula e elogio a Bolsonaro	Os Pingos nos Is (1º.9.2022)	<b>Ana Paula Henkel</b> “Esse medo expões desafios e precisa- pedindo moderação nas redes, mostra mais uma vez o que estará nas cédulas esse ano. Um lado quer censura, um lado nao quer que as pessoas falem, porque o famoso ‘pai dos pobres’, auto intitulado ‘pai dos pobres’, nao consegue sair nas ruas. Nem no nordeste ele consegue carregar multidões alí, como ele acha que ele é popular. Estou falando do ex-presidente, do ex-presidiário Lula. <b>E no entanto, o outro lado, com um discurso muito orgânico, com um discurso natural e uma proximidade sem marqueteiro, sem marketing, sem aquele viés de pompas e retóricas que os marqueteiros usam, o Presidente Bolsonaro aí nesse sentido, ele consegue levar as multidões às ruas e também nas praças virtuais. E isso agora vai colocar em cheque a livre opinião</b> ”.
Crítica a Lula e elogio a Bolsonaro	<i>Morning Show</i> (2.9.2022)	<b>Zoé Martinez:</b> “Acredito que o Lula, se tivesse tão na frente assim, como as pesquisas insistem em colocar, brincando com a inteligência do povo brasileiro. O Lula taria ai com as asinhas de fora, super feliz, indo a entrevistas, nada a temer. Afinal de contas, o povo brasileiro ama, e a grande parte está com ele, segundo essas pesquisas. Mas não é isso que eu vejo. Me causa uma certa

		<p>dúvida na cabeça. Eu até acreditaria nessas pesquisas, se eu visse um comportamento diferente por parte do Lula. Mas o que eu vejo é que ele tá com medo das pessoas, que ele tá com medo de dar a cara a tapa, de sair, de dar entrevistas, de por exemplo, vir aqui na Jovem Pan, que as pessoas insistem a falar que é extrema direita, mas recebe a todos, o convidou e ele não veio [segue comparando a coragem de Bolsonaro de 'dar a cara a tapa' 'enfrentar' indo no 'campo inimigo'] Eu não vejo isso por parte do Lula. Se as pesquisas tivessem corretas, acredito que a postura do Lula, sinceramente, seria diferente”.</p>
<p>Ligação de Lula com a Venezuela e corrupção</p>	<p>Três em um (2.9.2022)</p>	<p><b>Cristina Gama:</b></p> <p>“Oi, Paulo, boa tarde. Boa tarde aos colegas de bancada, nossa audiência. Olha pra mim é tudo muito fácil entender isso aí, esse aspecto específico da rejeição. Veja, em 94, ele (Lula) tinha uma rejeição sem ser conhecido, era uma rejeição natural de pessoas que eventualmente não gostavam daquele histórico dele de sindicalista, do que ele vinha fazendo à frente das greves lá no ABC paulista, enfim, que ele tava mais naquele entorno ali o rejeitava por motivos lá bastante particulares. <b>Agora teve mensalão, teve petrolão, teve o saque das estatais, teve o saque do BNDES, o saque dos fundos de pensão, teve, enfim, um enaltecimento de ditaduras vizinhas e mais do que isso, né, o patrocínio de ditaduras vizinhas que matam seu povo, que obrigam o seu povo faminto a fugir para o Brasil. Teve o prejuízo entre aspas né, do Brasil, que teve que acolher essa leva grande de imigrantes que foge, por exemplo, da Venezuela, 500 pessoas por dia entrando no Brasil há anos. Há anos. É saúde, é vacina, é educação, é habitação, é tudo isso que precisa ser dado pra essas pessoas. <b>E o por trás disso tudo, Lula e os seu PT e o seu projeto de poder.</b> Então as pessoas podem estar esquecidas de algumas coisas, mas com o avançar da campanha não só os partidos adversários e os adversários</b></p>

		políticos, mas a própria população mais atenta começa a compartilhar essas informações de novo, tem muita coisa circulando na internet aí e fazendo os desmemoriados lembrarem quem é Lula e o que ele provocou ao Brasil. Ele e a sua sucessora Dilma, né? Então é óbvio que a rejeição vá aumentar e vá aumentar mais ainda conforme avançar a campanha e as coisas estão ficando mais claras pro espectador, pra pessoa que acompanha aí o horário político. A tendência é o eleitor rejeitar sim, não consigo ver de outra forma isso”.
Crítica a Lula	Três em um (2.9.2022)	<b>Rodrigo Constantino:</b> “Boa tarde, Paulo. Boa tarde a todos. Acompanhar a relatora Cris Grama é sempre uma grande honra, ela faz sempre análises muito bem feitas, mas a minha resposta seria muito mais sucinta nesse caso. Ela fez uma grande descrição de porquê rejeitar <b>Lula</b> lembrando, e na verdade, uma síntese, né, porque se for puxar o extenso, se for puxar o extenso currículo, pegar pela capivara não acaba mais. Mas é muito simples. Só não rejeita <b>Lula</b> quem não tem apreço por questões éticas. A minha frase é essa. Só não rejeita <b>Lula</b> quem não tem apreço por questões éticas. Quem tem, quem liga pro assunto corrupção, ética na política não pode não rejeitar o <b>Lula</b> ”.
Crítica a Lula	Três em um (2.9.2022)	<b>Rodrigo Constantino:</b> “Tá caminhando pra isso, uma vez mais, um plebiscito sobre o petismo. E isso não é bom pro <b>PT</b> . Porque um plebiscito sobre o petismo, sobre o <b>Lula</b> é aquela análise que a Cris fez. Você quer o cara que destruiu a economia brasileira, que quase destruiu a democracia, que bajula, flerta e financia quando está no poder as piores tiranias do continente. E o cara que está prometendo regular a imprensa, rede social. Você quer esse cara? Você quer a volta do ladrão à cena do crime, ou não? Se a resposta é não. Não existe alternativas disponíveis. Existe uma alternativa”.
Crítica a Lula	<i>Morning Show</i> (5.9.2022)	<b>Zoé Martínez:</b>

		<p>“Então deixa eu te perguntar, Lula: e os teus seguranças, eles andam armados com quê? Com florzinhas brancas da paz? Com pombinhas debaixo do braço pra solta-las nos comícios? Ou eles andam armados até os dentes pra proteger você, pra fazer a tua segurança. É engraçado você falar isso, qual a função dos teus seguranças se não te proteger? Isso não pro bem, proteger a vida das pessoas? É pra isso que as armas servem, pra proteger de bandidos”.</p>
Crítica a Lula	Morning Show (5.9.2022)	<p><b>Zoé Martínez:</b></p> <p>“O que assusta é, por exemplo: Você fazer um vídeo, eles determinam que é <i>fake news</i> sobre o Lula e você é obrigado a retirar porque é uma <i>fake news</i> do Lula [...] O Lula não é uma figura pública? O Lula não é um candidato? Ele não era da política? Ele não foi Presidente da República? <b>Então, personalidades públicas estão sujeitas a mentiras, a calúnias... Tão sujeitas a isso.</b> Agora, ele se incomoda com tudo isso, parte pra justiça pra derrubar esses vídeos. Minha gente, se ele não gosta de ser criticado, de ser caluniado, ele que saia da vida pública entao. Porque a legislação tá aí pra você ir e falar ‘fui caluniado’. Pega um advogado e processa pessoa. Agora derrubar todos os vídeos que falam mal do Lula?”.</p>
Crítica a Lula (pauta moral)	Três em um (5.9.2022)	<p><b>Rodrigo Constantino</b></p> <p>“Vamos assumir que os números retratem a verdade, o que é bastante discutível. Você acreditar que o católico que está atento, né, a verdadeira agenda oferecida pelo PT, eu não vou nem falar que a Janja postou coisa aí, apagou, não precisa nem entrar por aí. `Parece que o <b>Lula</b> deve ter ficado desesperado, com aquela coisa de, enfim, macumba, não sei. O fato é que o católico que tá atento e não é, obviamente, adepto da teologia da libertação que é uma excrecência que foi expugnada, expulsa da igreja católica, né, porque era um casamento forçado entre Jesus e Marx, onde Marx entrava com 99.9% e Jesus uma patna de catolicismo. A turma tem que explicar porque que tem uma preferência por</p>

		<p><b>Lula</b> se a pauta do PT é banalizar o aborto, se a pauta do PT é ideologia de gênero, e por aí vai. Quer dizer, que raio de católico é esse? A gente poderia questionar”.</p>
Crítica a Lula (pauta moral)	Três em um (5.9.2022)	<p><b>Cristina Graelm</b></p> <p>“Acho que vale um comentário, eu tava lendo uma notícia que agora recente que TSE, Ministra Carmen Lúcia, mandou o deputado Eduardo Bolsonaro excluir posts sobre <b>Lula</b> apoiar invasão de igrejas. A gente está nesta guerra jurídica da campanha eleitoral, isso vai ser assim, vai ser pior acho que a cada dia, mas ele tinha afirmado que o ex-presidente apoia a invasão de igrejas e perseguição a cristãos. Eu não sei exatamente o que foi escrito no tweet, são tweets dele que ela pede pra excluir, publicações em redes sociais. Mas a gente sabe, né, aí só retomando o que o Constantino falava dos católicos, né? Os católicos estão acompanhando o Ex-Presidente <b>Lula</b> desde o governo dele. Desde os governos passados, desde os governos Dilma que o sucederam por imposição de <b>Lula</b>. Foi <b>Lula</b> que escolheu Dilma. Sabemos tudo o que aconteceu. Acompanhamos e não esquecemos. E mais recentemente, invasão de igreja em Curitiba por um vereador do PT, a gente sabe muito bem o que os, as lideranças do PT e o Ex-Presidente <b>Lula</b> falaram, a passada de pano, passada de mão na cabeça, coitadinho, uma vítima da sociedade, aquele discurso de sempre. Então as pessoas estão atentas a isso e isso vai vir com força nas urnas, eu tenho certeza”.</p>
Comentário sobre corrupção governo Lula	<i>Morning Show</i> no (6.9.2022)	<p><b>Figueiredo:</b></p> <p>“Em termos de corrupção, o Lula liderou e protagonizou o maior escândalo de corrupção da história do planeta terra. Segundo Antônio Palocci, que era um dos seus ministros mais fortes durante o governo, nada existia sem pedido de propina no governo do PT”.</p>
Comentário sobre corrupção governo Lula	Os Pingos nos Is no (6.9.2022)	<p><b>Ana Paula Henkel:</b></p> <p>“O debate da Band, Victor, deixou muito claro que o Lula, ali, ele fica sem saída, porque tem um ponto que</p>

		<p>une todos os outros candidatos e o Presidente Bolsonaro em relação ao Lula, <b>que é exatamente os profundos esquemas de corrupção do petista</b> [...] Porque é tudo muito exposto, delações, aí, Palocci agora, os vídeos do Palocci, da delação, dizendo dos 300 milhões que o Lula recebia fora, ou seja, é muito difícil o que Lula deve estar sentindo, você vê que ele está abatido, <b>em relação a esse bombardeiro justo aos casos de corrupção do governo dele e ele não tem para onde fugir</b>. Então, é, fica muito difícil você debater políticas públicas, quando você tem aí no seu caminho, como jornalista, é, uma torcida para um candidato que foi preso, né, durante algum tempo, foi condenado, foi preso e que hoje não tem muito o que falar [...] <b>tentar esconder seus esquemas de corrupção</b>".</p>
Comentário sobre corrupção no governo Lula	Os Pingos nos Is (6.9.2022)	<p><b>Augusto Nunes:</b></p> <p>"O Lula ainda não encontrou uma explicação razoável, um alibi, que nao seja 'mambembe' para o sítio de Atibaia. Aquele caso não terminou. Ele foi condenado e o Supremo solta [...] A imobiliária Lula é a única que trabalha sem escritura. [...] Esse tipo de pergunta não é feito a um ladrão, mas é feito ao Bolsonaro o tempo todo".</p>
Crítica ao TSE sobre relação do PT com o PCC	Os Pingos nos Is (6.9.2022)	<p><b>Augusto Nunes:</b></p> <p>"Se você falar que o PT tem ligações com o PCC, você fica na mira do Ministro Alexandre de Moraes. [...]</p> <p>O que ninguém vai conseguir desmentir é que há corporativismo e simpatias recíprocas entre companheiros de ofício. Toda eleição, na cadeia, quem é que ganha? O PT. Lula é sempre o mais votado. A simpatia é muita... É o corporativismo. Cada bandido também age assim, então eles votam em quem os representa. Mas não pode falar disso".</p>
Crítica ao TSE sobre relação do PT com o PCC	Os Pingos nos Is (6.9.2022)	<p><b>Ana Paula Henkel:</b></p> <p>"[...]ninguem pode falar da relação do PT com o PCC."</p>
Elogio a Jair Bolsonaro	Os Pingos nos Is (7.9.2022)	<p><b>Apresentador:</b></p>

“Em sua fala o chefe do Executivo voltou a falar de uma luta do bem contra o mal, fazendo críticas ao PT”.

**Jair Messias Bolsonaro:**

“Sabemos que temos pela frente uma luta do bem contra o mal. O mal que perdurou por quatorze anos em nosso país, que quase quebrou a nossa pátria e que agora deseja voltar à cena do crime.

Não voltarão. O povo está do nosso lado. O povo está do lado do bem, o povo sabe o que quer.”

**Apresentador:**

“E quem também esteve ao lado do Presidente Jair Bolsonaro, nesse discurso em Brasília, foi o empresário Luciano Hang – um dos alvos do. Ministro Alexandre de Moares, do Supremo Tribunal Federal”.

**Ele também fez uma breve fala e alertou sobre a importância das eleições e o destino do Brasil.**

**Luciano Hang:**

“Aqui quem fala é o velho da Havan. Tenho falado com o Presidente que estas eleições são as eleições mais importante da nossa história. Vamos ver para que caminho vamos levar a nossa família: pro caminho do bem ou para o caminho do mal; da democracia ou do comunismo; do trabalho ou do desemprego; das drogas ou do bem do Brasil, que todos nós queremos. Eu gostaria que cada pai, cada mãe, colocasse a mão na consciência, porque vocês estão colocando a sua família no caminho do certo, do bem. Bolsonaro no primeiro turno!”

		<p><b>Apresentador:</b></p> <p>“E também no discurso no Rio de Janeiro, Bolsonaro pediu a comparação do Brasil com países governados por esquerdistas, e que, segundo ele, são amigos do PT”.</p> <p><b>Jair Messias Bolsonaro</b></p> <p>“Compare o Brasil com os países da América do Sul. Compare com a Venezuela. Compare com o que aconteceu na Argentina. E compare com a Nicarágua. Que comum esses países tem? [...] Todos são amigos do quadrilheiro de nove dedos que disputa a eleição do Brasil. Não é apenas para voltar a cena do crime. Esse tipo de gente tem que ser extirpada da vida pública”.</p> <p><b>Augusto Nunes:</b></p> <p>“[...] eu vi gente alegre, comemorando o dia da independência e sonhando com a independência, com a liberdade. Tem tudo a ver. Curioso é no dia do trabalho o PT fazer manifestação e o Lula comparecer. Ele não trabalha desde 1977, quando descobriu o doce mundo do sindicalismo pago, por nós, até recentemente, porque perderam essa boca”.</p>
Críticas a Lula	Morning Show (4 e 5.10.2022)	<p><b>Zoe Martínez (Morning Show):</b></p> <p>“Agora não é uma questão de direita e esquerda. É uma questão de caráter. Não tem mais como votar no Lula por inocência. Ou você tem caráter ou você não tem caráter. É inadmissível uma pessoa que tem caráter apoiar e fazer campanha para o Lula hoje. Só pegar o histórico dos 14 anos do Lula e da Dilma. É impossível um cidadão de bem votar no Lula, votar no PT”.</p> <p><b>Paulo Figueiredo:</b></p> <p>“Um grande homem que avisou que pra se livrar do PT seria o custo de</p>

muito sangue do povo brasileiro. E não há dúvida da concretização dessas profecias e dessas previsões. Quantas pessoas morreram nos hospitais do Brasil por conta dos bilhões desviados no governo do PT. Uma pequena porcentagem recuperada e devolvida durante a lava-jato, mas quanto não foi perdido? Os bilhões de endividamento da Petrobras. Ou os bilhões desviados que não foram recuperados. Quanto que isso custou em termos de sangue e vida? Quantas pessoas não pereceram pela pobreza gerada pela maior crise econômica da história do país, que foi o estado no qual o governo do PT nos deixou em 2015, o sangue já foi pago. Agora, se o povo escolher sangrar de novo, Deus tenha misericórdia de nós”.

**Zoé Martínez (Morning Show):**

“Essa frase aí: ‘Brasil vai derramar sangue’ pode ser um alerta também da nossa senhora. Porque olha o que acontece na Venezuela, olha o que acontece em Cuba [Convidado, Felipe Campos: Você não acha que é o vermelho do PT?], o que acontece na Nicarágua. Olha o que acontece nesses países que o PT defende e financia

[...]

Os venezuelanos, vários perdem as suas vidas indo pras ruas se manifestar contra a ditadura, então é um alerta da nossa senhora para o Brasil. Porque o PT defende isso. E antes a direita não existia no Brasil, por isso que eles nunca se preocuparam em dar um golpe, em tornar isso aqui no que a Venezuela é porque não tinha oposição, e hoje tem. E se o PT voltar pro poder, eles não vão bobear como bobearam em 2018, Porque eles não esperavam que a direita tinha a força que tem hoje no atual cenário. Entao eu vejo essa frase aí: ‘O Brasil vai derramar sangue’, como um alerta pros brasileiros<sup>34</sup>”.

**Vitor Brown (Morning Show):**

“Com a declaração do voto, a senadora ignorou o alerta de sua vice na chapa, Mara Gabrilli, que em entrevista recente à Jovem Pan Bauru afirmou que Lula pagou para não ser envolvido no assassinato de Celso Daniel, acompanhe”.

**Guilherme Fiuza (Os Pingos nos Is):**

“O Fernando Henrique tá seguindo isso aí, infelizmente é um aspecto pequeno da sua alma. Dizer que apoia o Lula pela inclusão social e pela democracia, vale perguntar, inclusão de quem? Dos empreiteiros, do cartel que o Lula alimentou? Ah, não, não foi o Lula não, esqueci, o Lula é inocente, então que alguém no período Lula alimentou aqueles tubarões, depois eles confessaram que tinha um pixuleco do PT, mas a gente voltou ao não sabia, o Fernando Henrique também não sabia mais de nada. Então essa inclusão social da OAS, Odebrecht, deve ser a essa que ele tá se referindo e democracia, falar de democracia falando de Lula, pra um homem esclarecido como o Fernando Henrique, só com cara de pau, porque ele sabe muito bem que os modelos que o Lula fala abertamente, não adianta vir o TSE com os advogados do Lula dizer que não era bem isso. O Lula diz que a China é um modelo a ser seguido, porque tem um partido forte, aí é mais fácil implementar as medidas. O Lula inclusive nesse aspecto completamente ignorante em termos de estratégia política, dizem que ele é um sabichão, que é inteligente, isso não pode dizer do Lula, que ele é inteligente. Isso eu não acho não, **acho ele um malandro e um cara de pau**, que a China não sei o quê e a Nicarágua. **Isso também é proibido falar, que o Lula tem a ver com as práticas ditatoriais da Nicarágua** cujo ditador ele apoia. Então

		Fernando Henrique Cardoso infelizmente decidiu passar essa vergonha, se associar a isso tudo pra ficar ali bem no consórcio35
Ataques ao TSE	<i>Morning Show</i> (31.8.2022)	<p><b>Zoé Martínez (<i>Morning Show</i>):</b></p> <p>Mais uma vez fica provado quem espalha discurso de ódio, quem que faz discurso de ódio e quem que tem gabinete do ódio. Eles adoram acusar a direita do que eles fazem, do que eles são. Eu nunca vi a direita fazendo um site como esse, desrespeitando o Presidente da República. Caluniando o Presidente da República, difamando. Colocando o Presidente como se fosse um nazista. Olha isso.</p> <p>O que aconteceria se fosse o Alexandre de Moraes. Já entraria na casa dessa pessoa ou desse grupo (deve ter alguns por trás), já estaria fazendo busca e apreensão, se fosse o Alexandre de Moraes. Como é o Bolsonaro, ah não, com Bolsonaro pode. [...]</p> <p>O Bolsonaro não é um ditador como eles falam, porque se ele fosse um ditador e fizesse como Alexandre de Moraes faz, que manda prender, manda invadir a casa dos outros, fazendo busca e apreensão, bloqueia as redes sociais. Se o Bolsonaro fizesse isso, eles iam respeitá-lo.</p> <p>[...]</p> <p>Não defendo aqui prisão arbitrária, igual o Alexandre de Moraes não. Mas que sofram as consequências na justiça. Que a Justiça, faça justiça. Porque ultimamente o que a gente vê na justiça brasileira é que é tudo menos justiça o que eles fazem. É tudo partidário. Todas as decisões que a Justiça hoje no Brasil toma é com partido, por trás de um partido político defendendo e passando a mão num partido político”.</p>
Ataques ao TSE	Os Pingos nos Is (31.8.2022)	<p><b>Vitor Brown:</b></p> <p>“[...] <b>A quebra do sigilo bancário e o bloqueio das contas dos oito empresários que foram alvos do Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal na</b></p>

**semana passada, não foi requisitada pela Polícia Federal.** O próprio Moraes, relator da investigação, **revelou ter atendido um pedido do senador Randolfe Rodrigues, que é um dos coordenadores da campanha de Lula.** [...] Já durante a cerimônia de posse do Ministro Alexandre de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral, **o ministro e Randolfe Rodrigues foram flagrados em um longo abraço e trocando risadas. Com esse destaque a gente abre o programa dessa quarta-feira [...]**”.

#### **Guilherme Fiuza:**

“Nos vimos aí, portanto, o professor Randolfe, estrela daquela CPI da vergonha e assessor da campanha do Lula, do impoluto Luiz Inácio, como aquele que está dando aula dizendo o seguinte: a acusação, o início de uma diligência dessa gravidade, não dependem do Ministério Público. O professor Randolfe está anulando as funções constitucionais do Ministério Público — ele está dizendo que não precisa. Ele tem o inquérito, né? De onde vem aquela empáfia do Randolfe, né? **Vem do carinho que ele recebe do consórcio, principalmente da emissora que fez o editorial disfarçado de sabatina, dizendo que o Lula não deve nada à Justiça brasileira.** Neste mesmo canal, que é um canal muito importante [...] o país deve muito a ele e eu espero que ele se regenere, neste mesmo canal, o Randolfe está sempre bem na foto, por isso que ele tem essa empáfia toda, ele estará sempre. **Qualquer dessas vontades que ele tem, junto do Alexandre de Moraes baseado em uma materinha fajuta, ou em uma nota de jornal, de WhatsApp, ele terá ali a tintura de uma grande denúncia, de uma grande defesa da democracia.** Então, evidentemente que nós estamos diante de uma dissolução de princípios legais, nós estamos diante de um vale tudo. Se o Randolfe que é da campanha do **Lula**, coordenador da campanha do

		<p><b>Lula, né, que tem essa incrível afinidade parainstitucional com o Supremo Tribunal Federal, diz que basta ele e o Alexandre quererem</b> — foi isso o que ele disse, foi exatamente isso que ele disse, com umaedulcoração ali da linguagem — dizendo que o inquérito é suficiente para o Ministro do STF prescindir do Ministério Público [sic]. Conversafiada. Conversafiada. Ele está dizendo, ele está anulando o Ministério Público como um elemento essencial a qualquer processo judicial. Então, eles estão na cara de todo mundo, na cara de todos vocês que estão caladinhos diante disso, <b>fazendo um direito particular, às vésperas de uma eleição</b>”.</p> <p><b>Ana Paula Henkel:</b></p> <p>“[...] agora, um dos coordenadores da campanha do <b>ex-presidente e ex-presidiário, alimentando o judiciário e Alexandre de Moraes, simplesmente atendendo esse pedido</b> [...] há um conflito de interesses em todas as esferas de Randolfe como coordenador da campanha de Lula, agora alimentando Alexandre de Moraes, Rodrigo Pacheco com ações do seu escritório de advocacia no STF, ou seja, é preciso que os homens de coragem desse país comecem a falar de maneira enfática sem medo desse ditador que hoje nós temos aí no Brasil que é Alexandre de Moraes”.</p>
Ataques ao TSE	Os Pingos nos Is (1.9.2022)	<p><b>Augusto Nunes:</b></p> <p>“A Constituição está em frangalhos agora, com o que tem feito o Alexandre de Moares. O nome dele, se eu não estou enganado, se eu estiver me corrija por favor, o nome dele não foi mencionado no debate dos candidatos à Presidência. É isso? Não foi mencionado. Não falaram da Justiça Eleitoral, houve uma primeira pergunta [...] dizendo da harmonia entre poderes. Que harmonia? Quem quebrou essa harmonia foi o Supremo, e agora o seu puxadinho — que é o TSE. TSE também não tocou, não... não revelou, como prometera, o</p>

		<p>que é verdade e o que é mentira. Só ele sabe, né. Porque se há alguma opinião contrastantes, alguma é <i>fake News</i> [...]”.</p> <p><b>Augusto Nunes:</b></p> <p>“Ministra Cármen Lúcia não passa de uma filha adotiva, né, por decisão dela, do Gilmar Mendes. Ela faz tudo o que o Gilmar Mendes manda. Ele disse, ele usa o verbo, ele cooptou a Carmem Lúcia. E ela faz esse serviço.</p> <p>Agora, a mulher que dizia cala a boca já morreu. Faz esse papel.</p> <p>Agora, é o seguinte, as decisões do Alexandre de Moraes fazem tanto sentido, quanto faria uma decisão de Napoleão de hospício, que resolvesse convocar uma tropa para invadir a Inglaterra. É exatamente esse o paralelo que me ocorre. Isso é louco, é maluquice o que tu tá fazendo. [...] <b>Não há vida inteligente num tribunal que faz isso.</b> Que faz o que fez o Alexandre de Moraes com a criação desse serviço, e que também decide que a crítica contundente ‘genocida’ pode, nao pode associar o PT ao PCC [...]”.</p>
Ataques ao TSE	Três em um (1.9.2022)	<p><b>Rodrigo Constantino:</b></p> <p>“O TSE, ele tem lado, o mais importante pra destacar aqui é isso. É um TSE comandado por um antibolsonarista, por um cara que trabalhou com o Geraldo Alckmin, que é vice na chapa do Lula. Que se deixa pautar ao ponto de mandar polícia pra casa de empresários por conta de um senador que tá coordenando a campanha do Lula e que convocou os invasores do MST a tomarem as ruas e não mais saírem ate ‘derrubar o governo Bolsonaro’. Entao vamos falar de golpismo aqui, isso soa mais golpista do que empresário mandando joinha pra grupo fechado de <i>WhatsApp</i> porque achou engraçada, curiosa a postagem do amigo e esse cara que não tá em inquérito nenhum, não apareceu em lugar nenhum antes, ele</p>

		<p>recebe a polícia, tem contas bancárias congeladas, censura na rede social pelo crime terrível de o senador saltitante considerou grave. Então de novo, meu único ponto, eu falei que tinha uma missão até outubro: não normalizar a candidatura do ladrão que quer voltar à cena do crime. Eu tenho uma segunda missão que é um corolário dessa primeira, não deixar os picaretas fingirem que as instituições no Brasil estão funcionando perfeitamente”.</p>
Ataques ao TSE	Três em um (12.9.2022)	<p><b>Ana Paula Henkel</b></p> <p>“Olha, Vitor, está proibido ver a realidade. Nós só podemos ver a realidade paralela que esses ungidos querem que nós acreditemos. É o Ministério da Verdade de George Orwell [...] nós só podemos ver o que eles querem. Nós só podemos questionar o que eles autorizam. Nós só podemos consumir o que eles deixam. Podemos enumerar aqui uma série de decisões draconianas, dentro da pandemia, como fechar gôndolas [...] e nós achamos que saindo da pandemia, a vida voltaria mais ou menos ao normal, mas parece que piorou. Os ungidos aprenderam o Ministério da Verdade, ele funciona, só que faltou combinar com o povo, né. O 7 de setembro deu a grande resposta a esses ungidos, que na verdade tem ódio do povo, tem nojo do povo, não foram... o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sequer apareceu. [...] o presidente da câmara, a mesma coisa. Ministros do STF, jamais. Esse povo, que nojo, falando de política. E eles querem, eles estão odiando que o povo tomou as rédeas da política; as redes de decidir o que nós vamos questionar; o que nós vamos ver; o que nós vamos pleitear. E eles agora precisam empurrar uma realidade paralela”.</p> <p><b>Guilherme Fiuza:</b></p> <p>“[...] uma decisão coerente, porque eles começaram proibindo o verde e amarelo, proibindo a bandeira nacional [...] E aí, vem essa decisão coerente, porque começa proibindo o verde e amarelo, proibindo e implicando com a bandeira do país,</p>

		dizendo que isso aí é um negócio eleitoral... eles perderam completamente o juízo e a noção da vergonha. Aí veio a proibição das imagens do povo. Está proibido usar imagens do povo. Esses são os democratas [...]”.
Ataques ao TSE	Os Pingos nos Is (12.9.2022)	<p><b>Fiuza:</b></p> <p>“Companheiro, quem tá pensando em fazer CPI tem que pensar no TSE. O TSE que é o árbitro da eleição está agindo de uma maneira também enviesada, só que ele é quem decide, ele não projeta e nem especula, é ele quem decide. Eu vou dizer porque é enviesada. Ele diz que o sistema é perfeito, ele tem presidentes em sucessão que atacam o Presidente da República, e volto a dizer, fazem parte do tribunal que reabilitou um criminoso [...]”</p> <p>Entao o que a gente precisa hoje? O Tribunal Superior Eleitoral, ele embargou a possibilidade de audtagem da eleição, essa eleição não é auditável. Esse candidato fantasma que não foi pra rua, que não pode andar na rua porque o povo acha que foi roubado por ele e o povo tem razão e a Justiça demonstrou e depois esses crimes desapareceram no éter, esse candidato ganhou o primeiro turno. E ele ganhou, supostamente, com os votos de todos aqueles que votaram em todos os aliados do seu oponente. Senhoras e senhores, querem fazer CPI, querem investigar, isso aí tem que ser investigado, o que mais que falta?”.</p>
Ataques ao TSE	Os Pingos nos Is (5.10.2022)	<p><b>Ana Paula Henkel</b></p> <p>“O ponto central dessa questão, Vitor, não é a maçonaria em si, estão tentando deslocar o foco desse assunto para a maçonaria em si. <b>O ponto central é exatamente que mostra o jogo sujo que o PT está disposto a fazer pra ganhar essa eleição, espalhar fake news e paralelamente a essa atitude de espalhar fake news, eles têm a proteção do TSE contra as verdades que são ditas, ou seja, o TSE, o senhor Alexandre de Moraes, nós não podemos falar da ligação do PT com o PCC, do Lula</b></p>

**e do assassinato do Celso Daniel, da ligação do ex-presidiário Lula com ditadores pelo mundo.** Então, Vitor, a sensação que nós temos, e que está diante de todos nós, é que existe uma proteção a fatos, a verdades, fatos verídicos que aconteceram, que eles não sejam expostos, porque liga sim o Ex-Presidente Lula com regimes totalitários, porque isso é óbvio, o Foro de São Paulo tá aí, ele mesmo fala, não é difícil achar vídeos do Lula enaltecendo todos esses ditadores.

[...]

A coligação do Lula também diz o seguinte, as publicações referidas da Gazeta do Povo buscam associar que o candidato Lula apoiaria veementemente um regime autoritário e que persegue cristãos, o que sabidamente é uma inverdade. **Ninguém disse que o Lula vai perseguir cristãos, mas ele apoia sim senhor, Ministro Paulo de Tarso Sanseverino do TSE, ele apoia sim quem persegue cristãos.** E essa verdade o senhor não vai conseguir censurar, nós vamos continuar expondo os fatos. Os fatos. Vitor, essa é a foto do que pode ser um eventual governo petista, eles vão querer reescrever a verdade, reescrever os fatos, reescrever os acontecimentos, queimar livros, queimar a história e colocar nas páginas do Ministério da Verdade o que eles querem que o povo acredite”.

**Fiúza:**

“Então é o seguinte, o Lula é um parça do Ortega, isso não tem nada a ver com chefes de estado que têm relações comerciais, ele é um parça do Ortega, ele com o Maduro e outros, é aliado em unha e carne e quem quiser falar disso tem que falar. Porque quando nós trouxemos a notícia do Antagonista, até agora a Polícia Federal já desmentiu, a Polícia Federal já disse que o áudio não era do Marcola falando sobre o

		<p>Lula? Que eu saiba não, mas não pode falar porque o TSE não quer que fale. Aí põe de novo a tesezinha vagabunda, sorradeira, insidiosa. A tesezinha e a seguinte 'o Marcola nao disse que ia votar no Lula, o Marcola nem vota'. Deixem de ser idiotas, deixem de ser caras de pau. Evidentemente que saiu um áudio com um criminoso do PCC dizendo que a alternativa, a opção do governo Lula parecia melhor que o Bolsonaro, disse ou não disse? Então se a Polícia Federal vier dizendo não, o áudio é falso, é pirata, aí então a gente retira isso tudo, mas ela não fez isso. <b>Foi publicado, o que fez o TSE e o senhor Ministro Alexandre de Moraes? Entraram em campo e disseram que isso não pode.</b> O mesmo modus operandi, estão induzindo que o Marcola é aliado do Lula, ninguém falou nada. Ninguém fez nenhuma dedução, ninguém partiu para nenhuma dedução interpretativa. Falaram, se o áudio é falso ok, retira esse comentário aqui que não vale nada, Polícia Federal vem e diz 'nao, aquilo foi armaçao', acabou, mas eu acho que não fez isso ainda. Então se não é falso qual é o problema? Foi interceptado, aí nessa hora não pode vaziar, a imprensa vazou, não podia vaziar, só pode vaziar quando interessa. Então vem o Marcola e disse aquilo, disse que ele preferia a alternativa Lula ou não disse? <b>Aí vem o TSE e proíbe, senhoras e senhores, isso não é um ambiente democrático</b>".</p>
Ataques ao TSE	Três em um (5.10.2022)	<p><b>Serrão</b></p> <p>"O mais interessante é que o advogado que está movendo essa ação, Christiano Zanin, ele é cotadíssimo, já tá dito em todos os bastidores petistas, 13 em cada 10 petistas garantem que se Lula vencer a eleição, ele será um dos indicados para o STF. <b>Já temos aí uma candidatura ótima para o STF quando a gente implantar aqui o nazi-comuno-fascismo efetivo no Brasil.</b> Vai ser uma maravilha porque ele já está defendendo censura, ataque a jornalista, não aceita a opinião adversa. Uma posição fantástica pra quem pensa em ser</p>

		ministro do Supremo Tribunal Federal”.
		<b>Christina:</b>
		“Pra mim, advogado que defende bandido e tenta fazer ele parece inocente, mas sabe que está defendendo bandido e conseguindo [inteligível] alí na justiça pra avançar com os juízes comparsas, não é brilhante não, <b>é tão bandido quanto os clientes que defende</b> ”.

Diante de tais trechos extraídos de programas da emissora, argumenta que a **desinformação praticada pela Jovem Pan faz parte de uma estratégia maior que atinge o processo democrático**, citando **estudos internacionais sobre a disseminação e o impacto das fake news nas eleições**. Sustenta, ainda, que **a emissora recebeu verbas substanciais do governo federal**, o que pode indicar um interesse econômico por trás de sua linha editorial pró-governo.

Por fim, **requer que se investiguem e responsabilizem os réus por abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação**, argumentando que tais condutas afetam a legitimidade do processo eleitoral e violam princípios democráticos fundamentais. Pede a **concessão de liminar** para que seja determinado que o **Investigado Antônio Augusto, por meio de seu grupo econômico Jovem Pan, conceda tratamento isonômico aos candidatos ao cargo de Presidente da República, de modo a cessar o tratamento privilegiado ao candidato Jair Bolsonaro**. Igualmente, demanda que este se abstenha de reproduzir mais conteúdos e notícias sobre fatos sabidamente inverídicos e descontextualizados em relação ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva e ao processo eleitoral, em respeito às decisões proferidas pela egrégia Corte Eleitoral e em todas suas plataformas (rádio, televisão e *YouTube*).

Em decisão de ID 158244504, o eminente **Ministro Benedito Gonçalves** recebeu a inicial, mas **indeferiu as medidas liminares requeridas**, por sua **natureza genérica e falta de especificação da conduta** a ser praticada ou evitada. Além disso, o Ministro **ressaltou a necessidade de um debate profundo sobre o tema**, considerando a complexidade da apreensão de mensagens em uma sociedade em rede e os impactos da desinformação na normalidade eleitoral.

Em sua **contestação** (ID 158280922), **Jair Messias Bolsonaro e Walter de Souza Braga Netto** alegam inicialmente a **inépcia da inicial por ausência de documentação essencial ao efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório**. Argumentam que a petição inicial da Representante carece de provas robustas, valendo-se de **meras conjecturas e ilações**, e falha em demonstrar qualquer ilícito de natureza eleitoral. Sobre o **mérito**, a defesa sustenta que **as manifestações dos jornalistas e críticos políticos nos programas da Jovem Pan estão acobertadas sob a liberdade de expressão**, e que não há fundamentos suficientes para enquadrar tais manifestações como uso abusivo dos meios de comunicação. Defendem que **as críticas não se limitaram a um único candidato**, mas foram direcionadas a diversos participantes do pleito, incluindo críticas ao próprio, à época Presidente, Jair Bolsonaro. Por fim, a defesa requer a **improcedência da ação**, alegando a ausência de gravidade das circunstâncias fáticas descritas na inicial, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, e a inexistência de provas robustas que sustentem as alegações da parte autora.

**Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho** alega, em sua **defesa** (ID 158281495), preliminarmente, a inépcia da petição inicial, argumentando que da **narrativa dos fatos, que inclui cobertura jornalística crítica e supostos ataques ao poder judiciário, não decorre o pedido formulado pela acusação**. Sustenta a sua **ilegitimidade passiva**, por não existirem indícios de **participação do réu no reputado abuso**. No **mérito**, aborda a questão econômica, **negando a existência de aporte financeiro abusivo**. Seguindo o princípio da eventualidade, ele **contesta a alegação de abuso de poder econômico, classificando-a como absolutamente infundada**. Em reforço, faz referência a uma **consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, alegando que os dados ali disponíveis contradizem as acusações feitas pela parte autora**, que teriam sido **baseadas em informações publicadas em uma matéria jornalística** e utilizadas, de forma **irresponsável**, como causa de pedir. Além disso, destaca que os dados do Portal da Transparência demonstram que **não houve qualquer aporte de recursos desequilibrado a justificar a acusação de prática de abuso de poder econômico**. Dessa forma, requer a **improcedência dos pedidos**, fundamentando-se na inexistência de provas concretas e na inconsistência dos dados apresentados para sustentar as acusações. Formula também vários pedidos de produção de provas (testemunhal, ofício à Secom e prova pericial para analisar os vieses ideológicos dos grandes meios de comunicação).

Em despacho (ID 158288256), o e. **Ministro Benedito Gonçalves** deu início ao **saneamento do processo**, determinando que o Investigado Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho justificasse o requerimento de **prova testemunhal**, indicando os **pontos fáticos controvertidos** a serem dirimidos pelos depoimentos, adequasse o rol apresentado a 6 testemunhas, especificasse o conhecimento técnico envolvido na **prova pericial** requerida e delimitasse o objeto sobre o qual recairia a avaliação do *expert*.

Em **resposta** (ID 158523607), o Investigado **Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho** apresenta petição nos seguintes termos:

“Quanto ao rol de testemunhas, oferece-se o rol limitado a 6 pessoas, com os devidos esclarecimentos sobre a imprescindibilidade das oitivas:

a) Mariana Ferreira: é Produtora Executiva da Rede Jovem Pan e poderá explicar, com detalhes, **como são feitas as orientações para atuação dos apresentadores bem como a definição de pauta dos programas**.

b) Carlos Aros: é Diretor de Conteúdo da Rede Jovem Pan e poderá explicar **como são concebidos os programas da emissora**, bem como a escalação dos apresentadores para os programas.

c) Roberto Alves de Araujo: é CEO da Rede Jovem Pan e poderá esclarecer sua **concepção editorial e a forma de atuação da empresa**.

d) Thiago Uberreich e Fábio Piperno: são apresentadores da emissora e poderão **esclarecer sobre a alegada indicação de privilégio ao então candidato** Jair Bolsonaro, como afirmado na inicial.

e) Marcelo Carvalho: é Diretor Financeiro da Rede Jovem Pan e poderá explicar a **dinâmica de financiamento** das atividades bem como a **inexistência de compromissos editoriais** assumidos **a partir de verbas publicitárias arrecadadas**, conforme foi alegado pela Autora.

3. Por fim, quanto aos esclarecimentos acerca da pertinência da prova pericial postulada, com a devida vênia, as considerações tecidas no despacho demonstram, na verdade, a insubsistência da ação.

4. Isso porque, como afirma Vossa Excelência, **na proposta de se analisar a completude da atividade de comunicação de um determinado veículo ‘não se divisa qual a natureza da expertise envolvida, aparentando tratar-se de avaliação meramente opinativa’**”

5. Ou seja, **não haveria padrão objetivo para atestar se o conteúdo de determinado veículo é favorável ou contrário a um determinado candidato**, em vista da **complexa dinâmica comunicacional, que envolve a cobertura jornalística de fatos sobre os quais não se controle da ocorrência**, bem como a emissão de **opiniões** que precisam ser abarcadas pelo standard do pluralismo.

6. Deste modo, **ou bem se atesta objetivamente a tendência de cada um dos veículos de comunicação ou bem se reconhece que esse é fenômeno complexo e multifatorial, resultando no reconhecimento de tal prova nunca seria produzida de modo imparcial**, já que levaria em conta as próprias concepções de quem a analisa.

Neste contexto, se a impossibilidade existe para os veículos indicados, igualmente existe para a emissora do Réu, a evidenciar que **a tese da Autora é, em sua totalidade, fundada no fato de as críticas que foram feitas ao então candidato Lula terem sido desagradáveis, inexistindo ilicitude**.

8. De todo modo, caso Vossa Excelência considere que a ação deve ter seguimento apesar do seu patente descabimento, um profissional da área da Comunicação e Jornalismo ou de Semiótica deverá ser apto para fazer tal análise”.

Em **réplica** (ID 158608536), a Coligação Brasil da Esperança refuta a alegação de inépcia da inicial por parte dos investigados, argumentando que a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários e que as alegações dos investigados visam desviar o foco das acusações.

Também contesta a necessidade de inclusão de todos os candidatos que disputaram o primeiro turno das eleições no polo passivo, afirmando que a ação se concentra especificamente no tratamento privilegiado concedido pela emissora Jovem Pan ao então candidato Jair Messias Bolsonaro. Do mesmo modo, defende que os documentos apresentados por Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho são irrelevantes para o processo, pois não se relacionam com **o objeto da ação, que é a utilização indevida dos meios de comunicação para favorecer a candidatura de Bolsonaro**. Reitera, assim, a súplica pela procedência da ação, além de **juntar novos documentos (reportagens e notícias) que confirmariam as alegações iniciais**, destacando os seguintes pontos: a) encenação feita pela Jovem Pan simulando censura por parte do TSE; b) orientação da equipe jurídica da emissora para que se conferisse tratamento digno ao Presidente Lula e para que não se atacassem agentes do sistema de Justiça; c) instauração de Inquérito Civil pelo MPF para investigar a participação da Jovem Pan em atos antidemocráticos; e d) renúncia do Investigado Antônio Augusto do cargo de presidente do grupo Jovem Pan.

Intimados a se manifestarem sobre os documentos que instruíram as réplicas, os Investigados Jair Messias Bolsonaro, Walter Souza Braga Netto (ID 159401830) e Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho (ID 159402391) alegam que os novos documentos são intempestivos, pois foram juntados após o momento processual adequado (após as contestações).

Além disso, afirmam que as documentações são impertinentes, pois não possuem relação com os fatos descritos na inicial da AIJE (uso indevido dos meios de comunicação durante o período eleitoral). Por fim, sustentam que as reportagens e notícias não possuem valor

probatório, por consistirem em narrativas de terceiros estranhos à lide. Diante disso, requerem a desconsideração dos novos documentos e reiteram os pedidos formulados em contestação.

Em petição meramente reiterativa (ID 161171674), Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho defendeu a impossibilidade de aplicar a responsabilidade objetiva no que tange às questões de inelegibilidade, exigindo que ela seja imputada exclusivamente àqueles agentes que, de modo comprovado, tenham participado ativamente na conduta ilícita. Disse ainda que a petição inicial da autora limitou-se a apontar matérias jornalísticas como fonte de ilícito, criando **ilações presuntivas** quanto à participação do investigado nos fatos, sem apresentar provas que minimamente comprovem suas acusações. Alegou que a inserção do nome do investigado na AIJE deu-se exclusivamente em razão do contrato social da empresa que ele representa legalmente. A invocação da condição de sócio ou administrador, **sem a correspondente descrição de conduta concreta que o vincule ao evento ilícito**, não seria suficiente para justificar a formulação de **representação genérica ou condenação à inelegibilidade, não havendo nexos de causalidade entre o fato de o investigado ser um dos proprietários da Jovem Pan e os fatos narrados na inicial**. Para o investigado, avançar numa investigação judicial vazia, abstrata, genérica, sem nexos de causalidade, com imputações objetivas, sobre fatos já precluídos, é **pretender amordaçar o veículo de imprensa e entra em rota de colisão com os valores democráticos e plurais** que fundamentam a existência da imprensa. Por fim, requereu que **seja a ação julgada extinta sem julgamento do mérito ou, subsidiariamente, improcedente**.

### **É o que havia a relatar. Passo a decidir.**

Na presente lide, **a fase postulatória foi encerrada**, tendo as partes apresentado suas alegações, promovido a juntada de provas documentais e formulado requerimento de prova testemunhal e de prova pericial e, alternativamente, de extinção do processo.

No sistema processual brasileiro, finda a fase postulatória, cabe ao julgador: a) promover o julgamento conforme o estado do processo, podendo extingui-lo sem resolução do mérito e até mesmo aplicar as hipóteses de indeferimento da petição inicial, conforme prevê o art. 354 em conexão com o art. 485, I, do CPC; ou b) iniciar a fase de instrução, com a coleta de prova testemunhal e realização de perícia, quando os pontos controvertidos e o direito ao contraditório e à ampla defesa justificam o deferimento das referidas provas.

Na hipótese, **considerando o inusitado objeto da presente ação - acusação de disseminação de desinformação por parte de emissora de rede regular de comunicação, a partir da avaliação subjetiva e naturalmente parcial da promovente, uma coligação política em plena acirrada campanha eleitoral, baseada na extração de trechos de programas da emissora indicada** – tudo em aparente confronto com concepções inerentes ao Estado Democrático de Direito, e as **alegações de inépcia da inicial e de manifesta improcedência** formuladas nas peças contestatórias, hei por bem analisar tais aspectos, até para evitar a prática de atos desnecessários.

Afinal, não deve prosperar o feito quando manifestamente inviável.

Assim, é possível reexaminar os **pressupostos processuais e as condições da ação** a qualquer momento, especialmente se a parte requerida, em sua defesa, sustentar que a petição não preenche os requisitos de admissibilidade. Essa faculdade visa garantir que **somente ações com fundamentos mínimos sigam adiante**, exigindo-se da parte autora a apresentação de indícios que sugiram a ocorrência de abusos potencialmente configuráveis em alguma das modalidades previstas legalmente.

A presente ação, movida por coligação política, investe sobre o campo mais caro numa democracia: o das liberdades de comunicação social e de imprensa, desdobramento das liberdades de manifestação do pensamento e de informação.

No Brasil, ao tratar da Comunicação Social, estabelece a **Constituição da República em seu art. 220**:

**Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.**

**§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.**

**§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.**

**§ 3º Compete à lei federal:**

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

**§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.**

**§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.**

**§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.**

Como se vê, a regra constitucional transcrita dispõe que:

a) a **manifestação do pensamento**, a criação, a expressão e a **informação**, sob qualquer forma, processo ou veículo **não sofrerão qualquer restrição, senão as previstas na própria Carta Magna**;

b) **nem mesmo a lei poderá** conter dispositivo **tendente a constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística** em qualquer veículo de comunicação social, **observando-se** apenas o art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV, da CF, ou seja: a vedação do anonimato; o direito de resposta proporcional ao agravo; a inviolabilidade das intimidade, honra e imagem das pessoas; o acesso à informação; e o resguardo do sigilo da fonte, necessário ao exercício profissional;

c) ser **vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística**.

Frente às disposições constitucionais transcritas, causa surpresa, estranhamento, de plano, a pretensão deduzida na presente ação, que, na maior parte dos trechos destacados na petição inicial e acima reproduzidos, parece confundir críticas e opiniões desfavoráveis de jornalistas e comentaristas políticos, ou seja, manifestações de natureza subjetiva, com desinformação, notícia inverídica objetivamente considerada.

Prossigamos.

No âmbito das **Ações de Investigação Judicial Eleitoral**, cabe verificar se a parte autora demonstra indícios mínimos de práticas que, teoricamente, configurariam abuso, atendendo aos pressupostos processuais necessários para o prosseguimento da ação.

O **art. 22 da LC nº 64/1990** sublinha a necessidade de se indicar "indícios e circunstâncias" que sustentem a ação, realçando a necessidade de se construir uma **relação lógica entre os fatos alegados e as acusações de práticas abusivas**.

E, de modo ainda mais enfático, o **art. 25 da LC nº 64/1990** tipifica como crime a propositura temerária de ações alicerçadas no abuso de poder, sublinhando a importância de uma condução responsável das AIJEs e a necessidade de uma análise criteriosa por parte do magistrado para verificar a presença de elementos que efetivamente justifiquem o prosseguimento da demanda.

Por sua vez, o art. 330, § 1º, do CPC, estabelece que:

“Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

.....

§ 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - contiver pedidos incompatíveis entre si”.

Nas Eleições Gerais de 2020, várias AIJEs originárias foram extintas por inépcia da inicial em contextos semelhantes ao deste caso.

Na AIJE nº 0601624-60.2022, ajuizada pela *Coligação Pelo Bem do Brasil* contra Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, o Tribunal Superior Eleitoral, sob relatoria do em. **Ministro Benedito Gonçalves**, concluiu pela **extinção do processo sem resolução do mérito devido à inépcia da petição inicial**. A ação buscava investigar a suposta prática de *uso indevido dos meios de comunicação*, alegando que a campanha de Lula e Alckmin difundia **conteúdos inverídicos nas redes sociais** para associar Jair Bolsonaro à pedofilia. O TSE destacou a *ausência de indícios mínimos e a falta de correlação lógica entre os fatos narrados e a imputação de práticas abusivas*, enfatizando a importância de uma narrativa minimamente verossímil para a propositura de AIJEs. Na ocasião, decidiu-se que *“não se justifica receber petição inicial que, à míngua de indícios e circunstâncias minimamente aptos a indicar a existência de uma rede de desinformação, colocaria sob escrutínio do Tribunal opiniões exaradas por pessoas públicas e canais sobre episódio (verídico) de compreensível interesse público. Com efeito, o simples processamento de demanda desta natureza é capaz de enviar indesejável mensagem à sociedade, no sentido de que as falas de candidatos não poderiam ser criticadas ou mesmo ensejar discussões sobre temas relevantes para o contínuo processo civilizatório”*. Confira-se a ementa:

“AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESIDENTE. USO INDEVIDO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. ATUAÇÃO ORQUESTRADE. DIFUSÃO DE CONTEÚDOS FALSOS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS. ENTREVISTA VERÍDICA. REPERCUSSÃO. POSTAGENS CRÍTICAS. DEBATE PÚBLICO. INÉRCIA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática em que se indeferiu a petição inicial e se extinguiu a ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) proposta para apurar ocorrência de uso indevido dos meios de comunicação, ilícito supostamente perpetrado por meio da divulgação massiva de conteúdos sabidamente inverídicos e intencionalmente descontextualizados em redes sociais para, de forma criminosa, associar o então Presidente candidato à reeleição à prática de pedofilia.

2. Para a propositura da AIJE, é preciso que sejam apresentados indícios e circunstâncias que apontem para a ocorrência de condutas aptas, em tese, a configurar alguma das modalidades de abuso. Na ausência desses elementos mínimos, a petição inicial deve ser indeferida (art. 22, I, c, da LC nº 64/90).

3. No juízo de admissibilidade, deve-se avaliar se a parte autora foi capaz de romper a inércia da jurisdição, o que exige, entre outros pressupostos processuais, a aptidão da petição inicial. Esse requisito está ausente, dentre outros motivos, quando não houver correlação lógica entre os fatos descritos e a imputação de práticas abusivas (art. 330, § 1º, III, do CPC).

4. Na hipótese dos autos, a ação se ampara na alegação de que há um esquema coordenado para, deliberadamente, difundir informações gravemente descontextualizada de forma rápida e exponencial, por meio da utilização de perfis com grande penetração nas redes sociais, cujos responsáveis teriam aderido ao que foi denominado, na petição inicial, de 'cruzada caluniosa', 'blitzkrieg' (guerra-relâmpago) e 'guerrilha digital petista'.

5. A grave imputação se faz com base em postagens de influenciadores de perfis variados (como artistas, figuras políticas, chefs de cozinha, jornalistas, filósofos, humoristas e blogueiros), aos quais se atribui atuação dolosa para, em unidade de desígnios com os investigados, produzir e divulgar calúnias.

6. Contudo, a inicial foi instruída apenas com uma seleção de postagens críticas à fala do candidato investigado, proferida durante entrevista concedida no dia 14/10/2022. Os textos publicados, de caráter autoral, diferem significativamente entre si. Muitos debatem a expressão 'pintou um clima' e sustentam que essa e outras expressões utilizadas são machistas e misóginas. Nem mesmo a hashtag mencionada (#bolsonaropedofilo) se repete em todas as postagens, constando em pouquíssimos dos tuítes trazidos na petição inicial. 7. A existência da entrevista é fato incontroverso, sendo que os autores, inclusive, transcrevem na petição inicial o teor do que foi dito pelo candidato, classificando a fala como 'uma expressão quando muito infeliz'.

8. É ônus da parte autora construir uma narrativa minimamente verossímil sobre as condutas dolosas e de má-fé atribuídas aos supostos envolvidos, pois a jurisdição não pode se mover a partir de meras especulações.

9. Descrever os influenciadores como 'pessoas bem esclarecidas, que contam com equipes diversas de apoio [e] sabem como gerar engajamento nas redes sociais' não comporta o salto lógico de tomar a crítica por eles feita ao

candidato investigante como elemento que os insira em uma rede de desinformação organizada pelos investigados.

10. Os agravantes admitem que as postagens se espalharam de forma orgânica e não relatam qualquer ato coordenado concreto entre os autores das postagens. Esse cenário não dá suporte à alegação de que houve uma atuação orquestrada.

11. A decisão liminar proferida nos autos da RP nº 0601521-53 em 16/10/2022 não possui efeitos erga omnes. Seu comando recaiu sobre postagem específica de uma das representadas, proibindo-se aos réus naquela ação 'promover novas manifestações sobre os fatos'.

12. O debate público sobre a fala do então Presidente da República, candidato à reeleição, em entrevista que teve amplo alcance, não foi interdito pela decisão, constando do julgamento dos embargos declaratórios opostos naquele feito que o vídeo publicado não contém 'fato evidentemente falso ou gravemente descontextualizado' (ED na RP nº 0601521-53, Rel. Min. Carmen Lucia, acórdão publicado em sessão de 28/10/2022).

13. Impossível acolher a tese de que os investigados, réus na representação, estariam obrigados, pela decisão liminar, a impedir que seus simpatizantes e apoiadores, no exercício da liberdade de expressão, criticassem a entrevista de Jair Messias Bolsonaro. O encadeamento proposto chega ao mesmo resultado do reconhecimento de eficácia erga omnes, que os agravantes admitem não existir na espécie. 14. Ademais, a citada representação terminou extinta sem resolução do mérito, por ausência de requisitos para seu regular processamento. Ressaltou-se que a listagem de links da inicial, que não versava sobre postagens específicas, levou o juízo a erro e que, na emenda à inicial, foram indicados conteúdos de teor distinto do considerado ilícito.

15. Nesta AIJE, mesmo após a emenda à inicial, remanesceu o vácuo da narrativa usada para tentar disparar a apuração de uso indevido de meios de comunicação com base em simples e aleatório apanhado de postagens.

16. Não socorre aos agravantes a orientação plenária fixada pelo TSE na AIJE nº 0600814-85, com base na qual se definiu a admissão, em feitos já ajuizados, de 'elementos que se destinem a demonstrar desdobramentos dos fatos originariamente narrados, a gravidade (qualitativa e quantitativa) da conduta que compõe a causa de pedir ou a responsabilidade dos investigados e de pessoas do seu entorno'. A orientação pressupõe que a parte autora tenha apresentado petição inicial apta, contendo narrativa coesa e indícios mínimos, o que não ocorreu no caso em tela.

17. Assim, sob qualquer ângulo de análise, não se justifica receber petição inicial que, à míngua de indícios e circunstâncias minimamente aptos a indicar a existência de uma rede de desinformação, colocaria sob escrutínio do Tribunal opiniões exaradas por pessoas públicas e canais sobre episódio, verídico, de compreensível interesse público.

**18. O simples processamento de demanda desta natureza é capaz de enviar indesejável mensagem à sociedade, no sentido de que as falas de candidatos não poderiam ser criticadas ou mesmo ensejar discussões sobre temas relevantes para o contínuo processo civilizatório.**

**19. Indeferimento da petição inicial e extinção do processo sem resolução do mérito mantidos.**

20. Agravo interno desprovido".

(TSE, Agravo Regimental em Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº060162460, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 28/08/2023 – grifou-se).

Do mesmo modo, na AIJE nº 0601274-72.2022, o Tribunal Superior Eleitoral reconheceu a **inépcia da inicial**, destacando a ausência de "indícios mínimos" e a inadequação da narrativa apresentada para sustentar *acusações de abuso de poder econômico*, resultando na **extinção do processo sem resolução do mérito**. O caso envolvia o *suposto financiamento ilícito da campanha* de Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto por meio de uma rede de apoiadores denominada "Casa da Pátria". Na decisão, o TSE concluiu que é ônus da parte autora *“construir uma narrativa minimamente verossímil sobre as condutas abusivas atribuídas às pessoas investigadas, o que, no caso presente, exigiria demonstrar liame mínimo entre ações do Casa da Pátria e os candidatos investigados, ou com a coordenação da campanha destes”*. Assim, por não ter sido apresentada uma *“narrativa que, mesmo em tese, permita vislumbrar o abuso de poder econômico como decorrência dos fatos narrados”*, o caso foi prematuramente extinto sem resolução do mérito, por inépcia da inicial (TSE, AIJE nº 0601274-72.2022, Rel. **Min. Benedito Gonçalves**, 9.11.2023).

Por fim, o Tribunal Superior Eleitoral também reconheceu a inépcia da petição inicial na AIJE nº 0601238-30.2022, proposta pela Coligação Brasil da Esperança contra Jair Messias Bolsonaro e outros, em que se alegava *abuso de poder político e econômico* através do disparo massivo de mensagens SMS. Concluiu-se que não foram apresentadas provas suficientes para estabelecer uma conexão clara entre os investigados e as práticas abusivas alegadas, resultando na **inépcia da petição inicial** (TSE, AIJE nº 0601238-30.2022, Rel. **Min. Benedito Gonçalves**, 9.11.2023).

No presente caso, a **petição inicial não atende aos requisitos mínimos de admissibilidade** por diversas razões:

(a) os comentários críticos mencionados na petição inicial são protegidos pelo princípio da **liberdade de expressão**. A tentativa de punir indivíduos por expressarem opiniões favoráveis ou contrárias a candidatos, como se viu, conflita com a Constituição Federal e com **decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4451**. Isso representaria uma forma indireta de punição por exercício de direito constitucionalmente garantido;

(b) as alegações apresentadas na inicial, especificamente as críticas feitas por comentaristas da Rádio Jovem Pan relativas ao candidato Lula e os comentários a favor do candidato Bolsonaro, não possuem uma conexão lógica que sustente a conclusão de que o candidato Jair Bolsonaro teria cometido abuso de poder, pois em um regime republicano e democrático **os candidatos não podem ser responsabilizados por atos de terceiros**;

(c) a **acusação de suposto abuso de poder econômico**, fundamentada no aumento do repasse de verbas publicitárias para a Rádio Jovem Pan, **baseia-se exclusivamente em reportagens jornalísticas** que foram refutadas na contestação, não tendo sido produzida prova outra ou formulado, pela parte autora, requerimento de prova adicional quanto a esse ponto;

(d) mesmo que fossem procedentes as alegações trazidas na inicial, a legislação eleitoral (**Lei 9.504/1997, artigo 45, inciso IV**) especifica que **a punição para a prática da conduta vedada aplica-se à emissora** de rádio e televisão envolvida e **não aos candidatos**, sendo a penalidade prevista uma **multa** (conforme **artigo 45, § 2º**), e **não a inelegibilidade**, como pretendido.

Veja-se.

## A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A ADI 4451

A questão central aqui discutida envolve a aplicação do art. 45, IV, da Lei nº 9.504/1997, que veda às emissoras de rádios e televisão dar tratamento privilegiado a candidato:

“Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário:

[...]

IV - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação; [...]”

Para interpretar adequadamente o referido artigo, é preciso voltar os olhos para a **ADI 4451**, julgada pelo eg. **Supremo Tribunal Federal**, onde se reconheceu explicitamente que “a liberdade de expressão permite que os meios de comunicação optem por determinados posicionamentos e exteriorizem seu juízo de valor” (voto do em. **Ministro Alexandre de Moraes**).

Eis a ementa na íntegra:

“LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PLURALISMO DE IDEIAS. VALORES ESTRUTURANTES DO SISTEMA DEMOCRÁTICO. INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS QUE ESTABELECEM PREVIA INGERÊNCIA ESTATAL NO DIREITO DE CRITICAR DURANTE O PROCESSO ELEITORAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AS MANIFESTAÇÕES DE OPINIÕES DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A LIBERDADE DE CRIAÇÃO HUMORÍSTICA.

1. A Democracia não existirá e a livre participação política não florescerá onde a liberdade de expressão for ceifada, pois esta constitui condição essencial ao pluralismo de ideias, que por sua vez é um valor estruturante para o salutar funcionamento do sistema democrático.

2. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

3. São inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático. Impossibilidade de restrição, subordinação ou forçosa adequação programática da liberdade de expressão a mandamentos normativos cerceadores durante o período eleitoral.

4. Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma Democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das mais variadas opiniões sobre os governantes.

5. O direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, mas também aquelas que são

**duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional.**

**6. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos II e III (na parte impugnada) do artigo 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos parágrafos 4º e 5º do referido artigo”.**

(STF, ADI 4451, Rel. **Min. Alexandre de Moraes**, Tribunal Pleno, julgado em 21.6.2018, Processo Eletrônico DJe-044, divulgado em 1º.3.2019, publicado em 6.3.2019).

Para os fins aqui discutidos, importa analisar os **fundamentos do referido julgamento**, especialmente os que resultaram na declaração de *inconstitucionalidade da proibição de “difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”* (art. 45, III).

Na referida ação, **houve um amplo debate sobre como compatibilizar a liberdade de expressão com regras que restringem a propaganda eleitoral e o direito de crítica durante o período vedado.** A conclusão foi no sentido de que **a liberdade de expressão, mesmo em períodos eleitorais, deve ser preservada e que as restrições impostas pela Lei nº 9.504/1997, ao proibir a difusão de opiniões favoráveis ou contrárias a candidatos, partidos ou coligações, colidem diretamente com esse direito fundamental.**

Ainda em 2010, o em. **Ministro Carlos Ayres Brito**, que na ocasião era relator da **ADI 4451**, concedeu medida cautelar para suspender a eficácia da **parte final do inciso III do art. 45 da Lei nº 9.504/1997**, assinalando que **a liberdade de imprensa “assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra as autoridades e aparelhos de Estado”.** Vale conferir a ementa da **ADI-MC 4451**:

“EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INCISOS II E III DO ART. 45 DA LEI 9.504/1997. 1. [...]

**2. Não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas. Dever de omissão que inclui a própria atividade legislativa, pois é vedado à lei dispor sobre o núcleo duro das atividades jornalísticas, assim entendidas as coordenadas de tempo e de conteúdo da manifestação do pensamento, da informação e da criação lato sensu. Vale dizer: não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, pouco importando o Poder estatal de que ela provenha. Isso porque a liberdade de imprensa não é uma bolha normativa ou uma fórmula prescritiva oca. Tem conteúdo, e esse conteúdo é formado pelo rol de liberdades que se lê a partir da cabeça do art. 220 da Constituição Federal: liberdade de 'manifestação do pensamento', liberdade de 'criação', liberdade de 'expressão', liberdade de 'informação'. Liberdades constitutivas de verdadeiros bens de personalidade, porquanto correspondentes aos seguintes direitos que o art. 5º da nossa Constituição intitula de 'Fundamentais': a) 'livre manifestação do pensamento' (inciso IV); b) 'livre [...] expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação' (inciso IX); c) 'acesso a informação' (inciso XIV).**

**3. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a imprensa mantém com a**

democracia a mais entranhada relação de interdependência ou retroalimentação. A presente ordem constitucional brasileira autoriza a formulação do juízo de que o caminho mais curto entre a verdade sobre a conduta dos detentores do Poder e o conhecimento do público em geral é a liberdade de imprensa. A traduzir, então, a ideia-força de que abrir mão da liberdade de imprensa é renunciar ao conhecimento geral das coisas do Poder, seja ele político, econômico, militar ou religioso.

4. A Magna Carta Republicana destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como a mais avançada sentinela das liberdades públicas, como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Os jornalistas, a seu turno, como o mais desanuviado olhar sobre o nosso cotidiano existencial e os recônditos do Poder, enquanto profissionais do comentário crítico. Pensamento crítico que é parte integrante da informação plena e fidedigna. Como é parte do estilo de fazer imprensa que se convencionou chamar de humorismo (tema central destes autos). A previsível utilidade social do labor jornalístico a compensar, de muito, eventuais excessos desse ou daquele escrito, dessa ou daquela charge ou caricatura, desse ou daquele programa.

5. Programas humorísticos, charges e modo caricatural de pôr em circulação ideias, opiniões, frases e quadros espirituosos compõem as atividades de 'imprensa', sinônimo perfeito de 'informação jornalística' (§ 1º do art. 220). Nessa medida, gozam da plenitude de liberdade que é assegurada pela Constituição à imprensa. Dando-se que o exercício concreto dessa liberdade em plenitude assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra as autoridades e aparelhos de Estado. Respondendo, penal e civilmente, pelos abusos que cometer, e sujeitando-se ao direito de resposta a que se refere a Constituição em seu art. 5º, inciso V. A crítica jornalística em geral, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura. Isso porque é da essência das atividades de imprensa operar como formadora de opinião pública, locus do pensamento crítico e necessário contraponto à versão oficial das coisas, conforme decisão majoritária do Supremo Tribunal Federal na ADPF 130. Decisão a que se pode agregar a ideia de que a locução 'humor jornalístico' enlaça pensamento crítico, informação e criação artística.

6. A liberdade de imprensa assim abrangentemente livre não é de sofrer restrições em período eleitoral. Ela é plena em todo o tempo, lugar e circunstâncias. Tanto em período não-eleitoral, portanto, quanto em período de eleições gerais. Se podem as emissoras de rádio e televisão, fora do período eleitoral, produzir e veicular charges, sátiras e programas humorísticos que envolvam partidos políticos, pré-candidatos e autoridades em geral, também podem fazê-lo no período eleitoral. Processo eleitoral não é estado de sítio (art. 139 da CF), única fase ou momento de vida coletiva que, pela sua excepcional gravidade, a Constituição toma como fato gerador de 'restrições à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei' (inciso III do art. 139).

7. O próprio texto constitucional trata de modo diferenciado a mídia escrita e a mídia sonora ou de sons e imagens. **O rádio e a televisão, por constituírem serviços públicos, dependentes de 'outorga' do Estado e prestados mediante a utilização de um bem público (espectro de radiofrequências), têm um dever que não se estende à mídia escrita: o dever**

**da imparcialidade ou da equidistância perante os candidatos. Imparcialidade, porém, que não significa ausência de opinião ou de crítica jornalística. Equidistância que apenas veda às emissoras de rádio e televisão encamparem, ou então repudiarem, essa ou aquela candidatura a cargo político-eletivo.**

8. Suspensão de eficácia do inciso II do art. 45 da Lei 9.504/1997 e, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo, incluídos pela Lei 12.034/2009. Os dispositivos legais não se voltam, propriamente, para aquilo que o TSE vê como imperativo de imparcialidade das emissoras de rádio e televisão. Visa a coibir um estilo peculiar de fazer imprensa: aquele que se utiliza da trucagem, da montagem ou de outros recursos de áudio e vídeo como técnicas de expressão da crítica jornalística, em especial os programas humorísticos.

9. Suspensão de eficácia da expressão ‘ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes’ contida no inciso III do art. 45 da Lei 9.504/1997. **Apenas se estará diante de uma conduta vedada quando a crítica ou matéria jornalísticas venham a descambar para a propaganda política, passando nitidamente a favorecer uma das partes na disputa eleitoral. Hipótese a ser avaliada em cada caso concreto.**

10. Medida cautelar concedida para suspender a eficácia do inciso II e da parte final do inciso III, ambos do art. 45 da Lei 9.504/1997, bem como, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo”.

(STF, ADI 4451 MC-REF, Rel. Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgado em 2.9.2010, Processo Eletrônico DJe-125 divulgado em 30.6.2011, publicado em 24.8.2012, RTJ VOL-00221-01 PP-00277 – grifos no original).

A jurisprudência deste **Tribunal Superior Eleitoral** também reconhece a **“absoluta excepcionalidade de intervenções judiciais em emissoras de rádio e de televisão, considerada a impossibilidade de se interferir em suas respectivas linhas editoriais, dada a posição preferencial ocupada, em nosso ordenamento jurídico constitucional, pela liberdade de expressão e, de forma correlata, pelas liberdades de informação e de imprensa, nos termos do art. 220 da Constituição da República”** (TSE, Representação nº 060100703, Acórdão, Min. Maria Claudia Bucchianeri, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 15.9.2022).

Nas **Eleições Presidenciais de 2018**, esse mesmo tema foi debatido na **Representação nº 0601526-17.2018.6.00.0000**. Na ocasião, a Coligação O Povo Feliz de Novo (PT/PC do B/PROS) questionou perante o TSE a conduta das emissoras Rádio Panamericana S.A. (Rádio Jovem Pan) e Rádio e Televisão Bandeirantes S.A., que concederam espaço para entrevistas ao candidato Jair Messias Bolsonaro enquanto este estava hospitalizado devido ao atentado sofrido no período eleitoral. O TSE, por unanimidade, concluiu que as entrevistas não constituíram tratamento privilegiado, uma vez que se inseriam no *exercício do direito-dever de informação* por parte das emissoras. Eis a ementa:

“ELEIÇÕES 2018. REPRESENTAÇÃO. ENTREVISTAS EM PROGRAMAS TELEVISIVO E DE RÁDIO. AUSÊNCIA DE TRATAMENTO PRIVILEGIADO A CANDIDATO. NÃO INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO INCISO IV DO ART. 45 DA LEI Nº 9.504/1997. EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA.

1. Não configura tratamento privilegiado a exibição de entrevistas por emissoras de rádio e de televisão concedidas por candidato a presidente da República no leito de hospital no qual esteve internado para se tratar de ato de violência do qual foi vítima quando estava em campanha eleitoral.

2. Durante o período de internação, grande parte dele isolado na UTI, o candidato permaneceu impossibilitado de realizar qualquer ato de campanha, gravar programas eleitorais, participar de debates, conceder entrevistas e de ser objeto de qualquer cobertura do dia a dia dos presidenciais.

3. As matérias jornalísticas foram de inegável interesse para os eleitores, que ficaram, durante o período de convalescência do candidato, desprovidos de informações acerca de suas concepções políticas e das suas propostas de governo.

4. Indiscutível também o interesse jornalístico para as emissoras de rádio e de televisão, que se encontram albergadas pelo princípio da liberdade de imprensa e de comunicação.

**5. Não cabe ao Poder Judiciário interferir na linha editorial das emissoras para direcionar a pauta dos meios de comunicação social, porquanto prevalece no Estado Democrático e Constitucional de Direito, à luz do art. 220 da CF, maior deferência à liberdade de expressão, alcançada a liberdade jornalística.**

6. Representação julgada improcedente”.

(TSE, Representação nº 060152617, Acórdão, **Min. Sergio Silveira Banhos**, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 11/10/2018).

Em outro julgamento relevante (**AIJE nº 0601969-65.2018.6.00.0000**), esta Corte analisou a conduta da **Rede Record** por supostamente favorecer a candidatura de Jair Bolsonaro durante as **eleições presidenciais de 2018**. Foram apontadas várias condutas, incluindo a suposta coação de jornalistas para veicular publicações favoráveis, uma entrevista exclusiva com Bolsonaro, manifestações explícitas de apoio eleitoral nas redes sociais de Edir Macedo e Márcio Santos e a publicação de uma nota à imprensa, tida como parcial. **O TSE concluiu que as ações citadas não caracterizaram uso indevido dos meios de comunicação social ou abuso de poder** que justificassem a anulação do pleito ou a aplicação de sanções aos candidatos investigados, tendo em vista que *“a imparcialidade que se impõe às emissoras de rádio e televisão, por serem objeto de outorga do poder público, não significa ausência de opinião ou de crítica jornalística, mas sim impedimento de que assumam postura que caracterize propaganda eleitoral em favor de candidato”* (TSE, AIJE nº 060196965, Acórdão, **Min. Jorge Mussi**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 8.5.2020).

Diante disso, conclui-se que o tratamento privilegiado, vedado pelo artigo 45, IV, da Lei Nº 9.504/1997, tem contornos muito estreitos e objetivos, não se confundindo com a mera manifestação de opiniões e críticas durante o período eleitoral, nem mesmo com a existência de uma linha editorial que favoreça ou prejudique um determinado posicionamento político. **O que se veda é uma cobertura midiática objetivamente desproporcional e explícita que configure propaganda eleitoral, ultrapassando os limites da informação jornalística da opinião e da crítica.**

No mais, os abusos teriam de ser analisados não apenas caso a caso, mas também **num contexto comparativo** com o praticado pelas demais emissoras e órgãos de comunicação social, pois todos seguem uma determinada linha editorial, com certa inclinação para cá ou para lá, **apenas subjetivamente perceptível**. Assim se na emissora ora tratada a promotente percebe um certo desequilíbrio ou preferência em favor de adversário político, é certo que na programação de outra emissora pode o adversário político, sua coligação ou partido político perceber exatamente o inverso.

É assim, inviável tal aferição, pois a percepção buscada ficaria a depender da preferência ideológica subjetiva de cada avaliador.

Então, além do contexto comparativo, deve-se ponderar **objetivamente** acerca de fatores como: (a) desequilíbrio no tempo de exposição; (b) presença de pedido de voto ou de palavras mágicas; (c) transparência quanto à linha editorial da emissora, permitindo que o público identifique e compreenda o posicionamento da empresa de comunicação; (d) uso de estratégias de *marketing* que favoreçam ou prejudiquem, de forma inequívoca, uma determinada candidatura; (e) contexto em que as opiniões e críticas são apresentadas, considerando a proximidade com datas eleitorais, os eventos relevantes e os momentos decisivos da campanha; (f) histórico de cobertura jornalística da emissora em relação aos diferentes candidatos, partidos ou coligações, para identificar possíveis padrões de favorecimento ou prejuízo; (g) criação de oportunidades para que todos os candidatos expressem seus pontos de vista em espaços semelhantes, garantindo a pluralidade de vozes; (h) verificação da fonte e da veracidade das informações transmitidas, evitando a disseminação de notícias falsas ou distorcidas que possam afetar a isonomia do pleito, entre outros.

Diante disso, constatada a inviabilidade da pretensão, já se poderia ter como solucionada a questão.

Porém, por excesso de zelo, prossegue-se com a análise dos trechos de manifestações indicados na inicial, que serviram como base para a propositura da ação.

## **ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES INDICADAS NA INICIAL À LUZ DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO**

De acordo com a petição inicial, a **Rádio Jovem Pan** teria adotado, **na cobertura da eleição de 2022, uma linha editorial** que teria favorecido a candidatura de Jair Bolsonaro, com comentários positivos e favoráveis, ao mesmo tempo em que teria proferido diversos ataques ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva e ao Tribunal Superior Eleitoral.

O foco das alegações são os trechos transcritos de **manifestações** de alguns comentaristas e apresentadores nos **programas Os Pingos nos Is, Morning Show e Três em um**. Estas alegações abrangem comentários sobre o envolvimento de Lula em casos de corrupção, de má gestão e comparações negativas com figuras históricas e associações a regimes autoritários, como Nicarágua e Venezuela. Além disso, são citadas passagens em que os comentaristas desferem ataques ao processo eleitoral, criticando decisões do Tribunal Superior Eleitoral.

Analisando de forma sistemática todos os comentários, é possível perceber que as falas costumam girar em torno dos seguintes tópicos:

### 1) Críticas aos governos Lula por má gestão e corrupção;

- Comentários sobre os escândalos de corrupção durante os governos do PT, como o Mensalão e o Petrolão.
- Críticas por má gestão econômica nos governos Lula e Dilma, que teriam levado à recessão de 2015/2016.
- Críticas à suposta ligação e apoio de Lula a governos de esquerda na América Latina, como Venezuela e Nicarágua.
- Comentários sobre suposto apoio de Lula a governos que perseguem cristãos em outros países.

### 2) Críticas à agenda moral do PT, da esquerda e de Lula;

- Pautas morais controversas associadas ao PT, incluindo abordagens sobre drogas, aborto e ideologia de gênero.
- Elogios à pauta liberal de Jair Bolsonaro.
- Elogios à pauta de segurança pública de Jair Bolsonaro.

### 3) Comentários sobre a condenação de Lula na Operação Lava Jato;

- Afirmações reiteradas de que Lula fora condenado (em várias instâncias e por vários juízes).
- Refutação de que Lula fora inocentado pelo STF ou pela ONU.
- Questionamentos sobre a justiça da decisão do STF que afastou a condenação de Lula.
- Críticas à narrativa de vitimização e de combate à corrupção empregada por Lula e seus apoiadores.

### 4) Ataques à parcialidade do TSE.

- Acusações de parcialidade por parte do TSE.
- Críticas à suposta proximidade de membros do TSE com o PT.
- Críticas à condução do processo eleitoral, incluindo acusações de censura e restrição à liberdade de expressão.
- Alegações de tratamento diferenciado entre os candidatos, beneficiando Lula e prejudicando Bolsonaro.
- Críticas específicas à supressão de conteúdos e à perseguição de vozes dissidentes nas redes sociais e na *internet*.

Trata-se, portanto, de compreensões, opiniões e críticas, ou seja, de típicas manifestações de **natureza subjetiva**, com as quais se pode concordar ou divergir, a depender da percepção e da inclinação ideológica de cada pessoa. Debates políticos típicos, com diferentes opiniões e comentários, que, apesar de contundentes, estão protegidos pela **liberdade de expressão e pela liberdade de imprensa**. É justamente para assegurar tais manifestações ácidas que o artigo 220 da CF trabalha.

Conforme já decidiu o STF,

“[o] direito fundamental à liberdade de expressão não se direciona somente a proteger as opiniões supostamente verdadeiras, admiráveis ou convencionais, **mas também aquelas que são duvidosas, exageradas, condenáveis, satíricas, humorísticas, bem como as não compartilhadas pelas maiorias**. Ressalte-se que, mesmo as declarações errôneas, estão sob a guarda dessa garantia constitucional”.

(STF, ADI 4451, Rel. **Min. Alexandre de Moraes**, Tribunal Pleno, julgado em 21.6.2018, Processo Eletrônico DJe-044, divulgado em 1º.3.2019, publicado em 6.3.2019).

Partindo dessa premissa, os comentários, conforme descritos, mesclam referências a eventos e circunstâncias documentadas — como os escândalos de corrupção associados aos governos do PT e à condenação de Lula na Operação Lava Jato — com avaliações e juízos de valor sobre esses fatos. **Essa combinação de elementos factuais e subjetividades, com interpretações e perspectivas pessoais é característica da política partidária e do jornalismo de opinião, gênero que se situa na intersecção entre a reportagem (informação) e o comentário analítico.**

Ao abordar tais tópicos, **os comentaristas não apenas relatam acontecimentos, mas também oferecem suas próprias interpretações e avaliações, inserindo esses fatos em contextos mais amplos**, seja criticando a gestão econômica e política ou discutindo as implicações morais e sociais das políticas públicas. Esse processo de interpretação é **inerente à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa**, permitindo que os meios de comunicação contribuam para a pluralidade de ideias e para o debate público.

É certo que, no contexto eleitoral, os meios de comunicação e seus profissionais, **ao divulgarem notícia, informação** precisam manter algum compromisso com a precisão factual e certo nível de equilíbrio, especialmente em contextos eleitorais nos quais a **informação** tem um impacto significativo na formação da opinião do eleitorado.

No caso concreto, **não se tem propriamente informações**, mas **sim opiniões**, onde a forma como os fatos são apresentados pelos comentaristas citados na petição inicial reflete uma determinada compreensão da realidade que, apesar de polêmica, não é necessariamente falsa ou abusiva. Pelo menos em relação aos comentários mencionados, **não é possível identificar disseminação de informações inverídicas ou enganosas**, mas manifestações críticas e opiniões.

Por exemplo, as alegações de corrupção nos governos Lula, referenciadas em múltiplos comentários, apontam para eventos que foram objeto de investigações judiciais, como os escândalos revelados pelo caso Mensalão e pela Operação Lava Jato. As afirmações de que Lula é “ex-presidiário”, que foi condenado e “descondenado”, também representam uma determinada **compreensão crítica da realidade e opinião subjetiva que não é objetivamente desinformação**. Não se está propriamente informando, mas sim, sobretudo, opinando.

Afinal, ocorreram os fatos da prisão, por haver sido condenado em primeira instância, com confirmação da condenação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e, posteriormente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Aliás, **o próprio Tribunal Superior Eleitoral**, ao analisar o Requerimento de Registro de Candidatura nº 060090350, **nas Eleições Presidenciais de 2018, indeferiu o pedido de Luiz Inácio Lula da Silva naquele pleito**, declarando que “*o candidato requerente foi condenado criminalmente por órgão colegiado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pelos crimes de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (art. 1º, caput e V, da Lei nº 9.613/1998). Incide, portanto, a causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, alínea ‘e’, itens 1 e 6, da LC nº 64/1990, com redação dada pela Lei da Ficha Limpa*” (TSE, Registro de Candidatura nº 060090350, Acórdão, **Min. Luís Roberto Barroso**, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 1º.9.2018).

Registre-se que, naquele julgamento, afastou-se o caráter vinculante da medida cautelar concedida pelo Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para que o Estado brasileiro assegurasse a Luiz Inácio Lula da Silva o direito de concorrer nas eleições de 2018 até o trânsito em julgado da decisão condenatória. Daí porque os comentários que criticam a afirmação de Lula de que teria sido inocentado pela ONU também **não representam objetivamente desinformação**, especialmente porque a decisão da ONU não entrou no mérito da condenação, mas apenas no direito de participação política antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Do mesmo modo, a decisão do STF que anulou a condenação apenas reconheceu a presença de causas de nulidade, como imparcialidade do julgador, sem entrar no mérito da materialidade ou autoria.

O **TSE** também já teve a oportunidade de reconhecer que a divulgação de informações sobre a condenação de Luís Inácio Lula da Silva e de seu suposto envolvimento com casos de corrupção está protegida pela liberdade de expressão:

“ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. INTERNET. REDES SOCIAIS. VÍDEO. DESINFORMAÇÃO. CONTEÚDO DESCONTEXTUALIZADO. INEXISTÊNCIA. NOTÍCIAS E IMAGENS PUBLICADAS PELA MÍDIA NACIONAL. INTERVENÇÃO MÍNIMA. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DIREITO DE CRÍTICA NAS CAMPANHAS ELEITORAIS. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. REFERENDO.

1. A representante pretende, em sede de tutela provisória de urgência, a remoção imediata de vídeos publicados na Internet, em perfis de redes sociais, contendo desinformação em prejuízo à honra e à imagem do candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva.

2. A tutela repressiva da Justiça Eleitoral sobre a prática de propaganda eleitoral irregular deve necessariamente observar - sob o manto da ordem constitucional vigente - as liberdades de expressão e de manifestação de pensamento.

3. Verifica-se que o vídeo impugnado e divulgado em diversos perfis de rede social não ultrapassa os limites da liberdade de expressão e apresenta conteúdo que explora fatos da vida pregressa do ex-presidente da República, por ocasião dos processos em que respondeu por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, revelando imagens reais captadas pela mídia, bem como material jornalístico publicado na época de sua prisão.

**4. Na espécie, pode-se afirmar que é fato notório a existência de condenações criminais e prisão do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, assim como é de conhecimento geral da população que foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) as referidas condenações, especialmente quanto à extinta 'Operação Lava Jato'.**

**5. A peça publicitária foi produzida com base em notícias e imagens amplamente divulgadas na mídia nacional, não aparentando a propaganda ser matéria totalmente inverídica ou gravemente descontextualizada, de modo que se deve assegurar, in casu, o direito à liberdade de expressão.**

6. Decisão de indeferimento da liminar referendada”.

(Referendo na Representação nº 060119241, Acórdão, **Min. Benedito Gonçalves**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 8.11.2023).

Do mesmo modo, as avaliações da gestão política dos governos do PT, como **as críticas à sua política externa ou às suas abordagens em relação a questões sociais, morais e econômicas, são opiniões constitucionalmente protegidas pela liberdade de expressão. Críticas à eficácia das políticas de combate à pobreza ou ao apoio ou simpatia de Lula aos governos de Cuba, Venezuela e Nicarágua** são manifestações legítimas, refletindo **diferentes interpretações** sobre a atuação internacional do Brasil e o impacto de suas políticas externas. Estas manifestações são essenciais para o funcionamento de uma sociedade democrática, que valorize a **pluralidade de ideias e o debate aberto** sobre suas direções futuras.

A esse respeito, o **Tribunal Superior Eleitoral** também já reconheceu que as críticas à política externa de governos do PT estão protegidas pela liberdade de expressão:

“No caso, no tocante ao primeiro aspecto impugnado, embora a Representante afirme que a propaganda reproduz teor ofensivo à honra do candidato, verifica-se que o conteúdo da publicidade, de forma crítica, visa a questionar ações ocorridas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, consubstanciadas nos empréstimos realizados a Cuba e Venezuela, isto é, tema que guarda relação com a política internacional do País e, dessa forma, mostra-se inserido no debate eleitoral.

Nada obstante o tom ácido empregado, vê-se que publicidade em nenhum momento questiona a legalidade ou a irregularidade das operações financeiras ou atribui ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva adjetivações lesivas à sua honra, **tratando-se de críticas de caráter político dirigidas aos próprios empréstimos, cuja realização nem sequer foi questionada pela Representante.**

Por isso mesmo, ao menos neste juízo de cognição sumária, o teor da propaganda se mostra compatível com a dialética do debate entre as candidaturas, inerente ao ambiente da disputa eleitoral que envolve, naturalmente, questionamentos, mesmo grosseiros, a ações realizadas durante as gestões do candidato e de seu Partido político”.

(TSE, Referendo no Direito de Resposta nº 060165580, Acórdão, **Min. Paulo De Tarso Vieira Sanseverino**, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 26.10.2022).

Do mesmo modo, **as críticas dirigidas especificamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, abordando alegações de **parcialidade**, condução enviesada do processo eleitoral e tratamento diferenciado entre candidatos, também estão **amparadas pelo princípio da liberdade de expressão**, ainda que infundadas.

Uma análise compreensiva das **críticas direcionadas à Justiça Eleitoral** indica que não se está diante de propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado de Direito, nem de defesa da ruptura do Estado de Direito por meio de golpe de estado, com induzimento e instigação à intervenção militar, o que seria vedado pela jurisprudência do STF (AP 1183, Rel. **Min. Alexandre de Moraes**, Tribunal Pleno, julgado em 14.3.2023, Processo Eletrônico DJe-s/n, divulgado em 16.11.2023, publicado em 17.11.2023). Além disso, não houve desordem de informações ou ataque sistemático à confiabilidade das urnas eletrônicas ou acusação de fraude eleitoral, o que também tem sido censurado por este **Tribunal Superior Eleitoral** (AIJE nº 060081485, Acórdão, **Min. Benedito Gonçalves**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 2.8.2023; REP nº 060136565, Acórdão, **Min. Benedito Gonçalves**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 2.10.2023).

As **críticas**, se bem avaliadas, partem da compreensão subjetiva de que o **Tribunal Superior Eleitoral** estaria restringindo demasiadamente a liberdade de expressão das manifestações favoráveis a Bolsonaro e adotando pesos diferentes na análise de casos envolvendo a propaganda eleitoral.

Mesmo os comentários sobre as supostas relações do PT com organizações criminosas fazem parte de uma **crítica** mais ampla ao que é percebido como *“limitações à liberdade de expressão impostas pelo TSE”*. O cerne dessa crítica reside na percepção de que o Tribunal estaria dificultando o livre debate de ideias, *proibindo qualquer menção ao fato de que os candidatos do PT costumam obter mais votos nos presídios ou que existem relações suspeitas com membros de facções criminosas que mereceriam ser aprofundadas.*

Ainda que não se concorde com o seu mérito, essas **críticas** fazem sentido na perspectiva daqueles que se veem tolhidos pela restrição da liberdade de expressão e que acreditam que o TSE estaria limitando a capacidade dos cidadãos e da mídia de explorar e debater questões críticas para a democracia. Elas surgem como uma tentativa de assegurar que todos os pontos de vista possam ser ouvidos e considerados, sem censura prévia ou discriminação, e que os critérios decisórios sejam aplicados de forma isonômica.

**Se for entendido que é proibido questionar ou discordar de medidas que limitam a livre manifestação do pensamento, cria-se um perigoso paradoxo que apenas reforça o mérito das críticas.**

**Afinal, se um cidadão tem sua voz cerceada por uma decisão judicial e, ao mesmo tempo, está proibido de expressar sua insatisfação com essa restrição, cria-se uma espécie de "censura da crítica à censura", fechando importantes espaços de debate e contestação que são vitais para o aperfeiçoamento das instituições e para a defesa dos direitos fundamentais.**

Esse cenário de supressão da crítica gera um efeito silenciador (*chilling effect*) ainda mais amplo, pois desencoraja a própria discussão sobre os limites e a importância da liberdade de expressão. Tal consequência é **profundamente danosa ao Estado Democrático de Direito**, que depende do **livre fluxo de ideias e da possibilidade de questionamento das estruturas de poder** para se manter saudável e vibrante.

**A possibilidade de expressar descontentamento ou preocupações com a atuação de uma instituição tão central na democracia como o TSE é um direito que abre a oportunidade de um diálogo e de uma reflexão crítica, com o potencial de promover o aperfeiçoamento das instituições e da própria democracia.** Com as críticas, é possível identificar e corrigir possíveis incoerências, enviesamentos e falhas nas decisões e processos, incentivando a Justiça Eleitoral a se manter vigilante, a aprimorar suas práticas e procedimentos e a se manter **transparente e responsável perante a população.**

Portanto, **a liberdade de expressar críticas ao TSE, seja para apontar possíveis incoerências e enviesamentos, seja para defender a própria liberdade de expressão, desempenha um papel fundamental no ecossistema democrático.** Mesmo críticas infundadas contribuem para o debate público, incentivando uma contínua avaliação e reavaliação das práticas institucionais.

Isso vale **não só para a comunicação de ideias popularmente aceitas, mas também para a expressão de opiniões controversas, impopulares ou até mesmo errôneas.** A liberdade de expressão consiste precisamente na capacidade de dizer às pessoas o que elas não querem ouvir e defender o direito à manifestação mesmo de ideias consideradas irrazoáveis.

A rigor, o que se pretende nesta ação é punir a conduta de *"difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes"*, conforme estava **prevista no art. 45, III, da Lei nº 9.504/1997, declarado inconstitucional da ADI 4451**, com efeito vinculante.

Do mesmo modo, o que se pretende, em última análise, é proibir as emissoras de rádio e televisão de veicular programa jornalístico com alusão crítica a candidato ou a partidos políticos, o que é **explicitamente permitido pelo artigo 45, V, da Lei nº 9.504/1997:**

"Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é **vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário:**

[...]

V - **veicular** ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro **programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político**, mesmo que dissimuladamente, **exceto programas jornalísticos ou debates políticos;** [...]"

Sendo assim, ainda que se possa questionar a forma ou o teor de alguns comentários, as manifestações proferidas por comentaristas da Jovem Pan mencionadas na inicial **ocorreram dentro dos limites da liberdade de expressão, opinião e crítica jornalística**, não configurando abuso, nem mesmo propaganda eleitoral dissimulada, já que não houve pedido

explícito de voto ou uso de palavras mágicas para induzir o eleitor a votar em determinada direção, nem mesmo exposição desproporcional de candidatos.

Nesse sentido, ao julgar a AIJE 0601862-21.2018.6.00.0000, o **Tribunal Superior Eleitoral** analisou a possível interferência do Jornal Folha de São Paulo nas Eleições Presidenciais de 2018. Na ocasião, discutiu-se se a veiculação de matéria jornalística em 18/10/2018 intitulada "**Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**" teria configurado **abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação por parte dos candidatos Fernando Haddad e Manuela D'Ávila, em conluio com representantes do periódico**, com o suposto intuito de prejudicar a campanha de Jair Bolsonaro. Alegou-se que a força econômica e a fama do jornal teriam sido indevidamente utilizadas para favorecer a campanha petista, sem o devido registro como doação estimável, e que recursos empresariais da Folha foram empregados para interferir no pleito.

Por unanimidade, **este Tribunal decidiu que não restaram comprovados os ilícitos imputados, uma vez que a publicação da reportagem questionada, ainda que desfavorável a um dos candidatos, insere-se no âmbito da liberdade de imprensa constitucionalmente assegurada**, inexistindo **provas robustas** de que tenha extrapolado os *limites da atuação jornalística regular* ou que tenha havido conluio com os candidatos investigados para desequilibrar a disputa. Além disso, consignou que *"não cabe ao Poder Judiciário interferir na linha editorial para direcionar a pauta dos meios de comunicação, porquanto prevalece no Estado Democrático e Constitucional de Direito, à luz o art. 220 da Constituição Federal, maior deferência à liberdade de expressão, alcançada pela independência jornalística"* (AIJE nº 0601862-21.2018.6.00.0000, Acórdão, Rel. **Min. Jorge Mussi**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 14.11.2019).

O raciocínio é o mesmo para o presente caso.

## **AUSÊNCIA DE TRATAMENTO PRIVILEGIADO**

A petição inicial, com evidente viés político-partidário, alega que a Jovem Pan teria agido como um palanque eleitoral de Jair Bolsonaro, promovendo severos e ininterruptos ataques a Lula e ao PT, aos Ministros do TSE e a membros do sistema eleitoral, enquanto louvou Bolsonaro diariamente. Assim, estaria praticando tratamento privilegiado, consistente na quebra de isonomia entre os candidatos.

Em sua defesa, Jair Bolsonaro alegou que a inicial faz uma seleção de pequenos trechos de falas descontextualizados de alguns poucos programas (*Morning Show*, *Três em um e Os Pingos nos Is*), o que não refletiria o conjunto mais amplo de programas e opiniões veiculados pela emissora. Sem uma análise completa de toda a programação e de todo o contexto em que as falas foram proferidas, tem-se a impressão de parcialidade que não corresponde à realidade quando se analisa todo o conteúdo veiculado.

Além disso, ao consultar **a íntegra dos programas citados, é possível verificar a existência de críticas dirigidas também ao Presidente Jair Bolsonaro e menção aos demais candidatos**. Por exemplo, houve menção aos índices de rejeição do presidente e questionamentos sobre seu desempenho nas pesquisas eleitorais. Também foi divulgada solidariedade de Lula e outros candidatos à Cristina Kirchner, com destaque à vantagem de Lula nas pesquisas. Houve ainda críticas e ironias direcionadas a Bolsonaro sobre o tema das urnas eletrônicas. Ou seja, não teria havido um privilégio ou blindagem total ao Presidente, havendo espaço para opiniões diversas e comentários críticos também sobre sua candidatura.

Assim, **a acusação de tratamento privilegiado levantada contra a Jovem Pan teria usado uma estratégia de seleção enviesada, ou cherry picking, onde apenas determinados fragmentos de informação são escolhidos para apoiar uma visão preconcebida**, desconsiderando um volume maior de dados que poderia contradizer essa

perspectiva. Esta técnica, embora possa apresentar uma narrativa convincente à primeira vista, falha em proporcionar uma visão holística e equilibrada dos fatos.

Na mesma linha, a **defesa de Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho** argumentou que não houve tratamento isonômico porque todos os principais candidatos à presidência foram convidados para participar de sabatinas e entrevistas na Jovem Pan durante o período eleitoral, incluindo os candidatos Lula, Ciro Gomes, Simone Tebet, Bolsonaro e outros com reais chances de vitória. O **candidato Lula foi convidado em diversas oportunidades, mas declinou de todas elas**, não comparecendo para ser sabatinado ou entrevistado no mesmo formato que os demais. Logo, **a defesa alega que houve esforço da emissora em conceder participação igualitária na programação aos principais presidenciáveis.**

Além disso, Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho sustentou que, desde 2014, a **Jovem Pan adotou o modelo de jornalismo de opinião, com comentaristas e analistas políticos mais críticos e com diferentes visões ideológicas.** Isso justificaria um tom mais duro e opiniões contundentes dentro dos limites aceitos pela jurisprudência do STF e TSE sobre liberdade de imprensa. Informou ainda que determinou que a equipe da Jovem Pan cumprisse rigorosamente as decisões judiciais do TSE, para remover conteúdos ou não comentar determinados temas, demonstrando o respeito às instituições e às regras eleitorais.

Com relação à **existência, na programação da Jovem Pan, de comentaristas e analistas políticos com diferentes visões ideológicas, a defesa cita alguns que são considerados anti-bolsonaristas:**

- **Fábio Piperno:** comentarista bastante crítico em relação ao governo Bolsonaro, tendo até sido xingado pelo presidente durante participação no programa Os Pingos Nos Is. **Tem visão progressista e mais alinhada à esquerda.**
- **Amanda Klein:** também faz críticas contundentes a Bolsonaro, inclusive o repreendeu durante a sabatina realizada pela Jovem Pan. **Tem postura independente.**
- **Diogo Schelp:** muito crítico às declarações de Bolsonaro contra as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, e a outros posicionamentos do presidente. **Tem inclinação mais progressista.**
- **Guga Noblat:** integrante do *Morning Show*, não poupa críticas a Bolsonaro, já tendo sido chamado publicamente de “bosta” pelo presidente. **Tem perfil mais de centro-esquerda.**

Diante disso, conclui-se que **a alegação de que houve tratamento privilegiado não tem base sólida**, pois foi alicerçada apenas em fragmentos de comentários selecionados de forma enviesada, **omitindo deliberadamente o contexto mais amplo que indicaria a presença de um pluralismo de ideias na programação da Jovem Pan.**

Talvez o que verdadeiramente surpreenda seja a presença marcante de comentaristas com uma visão mais liberal ou alinhada às pautas bolsonaristas na Jovem Pan, algo que, historicamente, não é comum nos meios de comunicação brasileiros. Tradicionalmente, **o espectro midiático no Brasil tendeu a incluir vozes predominantemente de centro-esquerda e esquerda**, refletindo uma certa **homogeneidade ideológica.** A presença de visões de mundo mais liberais ou alinhadas ao bolsonarismo, mesclada com aquelas de alinhamento mais à esquerda, não indica tratamento privilegiado, mas, pelo contrário, **apenas a abertura a vozes que até então eram ignoradas pela mídia tradicional.**

**Outras emissoras, talvez a maior parte, seguindo uma decisão editorial que é constitucionalmente protegida, optam frequentemente por não ceder espaço a comentaristas que defendam abertamente pautas associadas à direita ou ao bolsonarismo.** Essa escolha pode ser entendida como parte de uma prerrogativa mais ampla de liberdade de imprensa, que permite aos veículos de comunicação definirem suas linhas editoriais e o tipo de conteúdo que desejam promover.

**Essa abordagem, longe de ser uma exceção, insere-se em uma prática comum em democracias consolidadas, onde a mídia pode se posicionar ideologicamente, refletindo**

**uma gama de perspectivas que vão desde a esquerda até a direita do espectro político.**

O direito de uma emissora de definir sua linha editorial, incluindo quais vozes serão destacadas em sua programação, é parte integrante da liberdade de imprensa. **Assim, tanto a inclusão de comentaristas alinhados a pautas liberais, de direita ou bolsonaristas pela Jovem Pan quanto a decisão de outras emissoras de não dar espaço a essas vozes podem ser vistas como legítima manifestação do direito fundamental à liberdade de imprensa.**

Abrir espaço para comentaristas alinhados ao bolsonarismo, ou qualquer outra vertente política específica, dentro da programação de uma emissora representa uma **prática legítima e não um tratamento privilegiado**. Na verdade, essa inclusão pode ser vista como uma **tentativa de garantir um maior equilíbrio no panorama mediático**, especialmente considerando que outras emissoras podem mostrar relutância ou mesmo recusa em acolher tais perspectivas.

Some-se a isso o impacto reduzido dos comentários no contexto geral da disputa eleitoral. Considerando a **multiplicidade de fontes de informação e a intensidade da cobertura midiática** durante as eleições, é questionável se comentários pontuais em alguns programas de rádio, ouvidos por um público que, em sua maioria, já tem uma preferência ideológica, teriam o condão de desequilibrar a disputa eleitoral como um todo.

Concluir que a cobertura da Jovem Pan teve um real impacto no resultado das eleições é uma tarefa complexa, que exigiria estudos aprofundados e evidências empíricas robustas, elementos ausentes na petição inicial.

Além disso, as emissoras de rádio, diferentemente de outros meios de comunicação, como *outdoors* ou postagens impulsionadas em redes sociais, proporcionam um modelo de comunicação conhecido como *audience captive*. Nesse modelo, o público tem a liberdade de escolher o conteúdo que deseja consumir, podendo mudar de estação caso não concorde com a linha editorial ou com as opiniões expressas pelos comentaristas.

Essa possibilidade de filtrar o conteúdo reforça a proteção à liberdade de escolha do ouvinte. Ao optar por sintonizar ou não em determinada emissora, o cidadão exerce seu direito de buscar as informações e opiniões que melhor atendem aos seus interesses e convicções.

Assim, responsabilizar uma emissora ou um candidato por expressar determinada opinião, ainda que contundente, seria não apenas uma afronta à liberdade de expressão e de imprensa, mas também uma tentativa de tolher o direito do público de escolher quais ideias e análises deseja ouvir. Em uma democracia plural, cabe ao cidadão, e não ao Estado, decidir o que lhe parece razoável ou não no debate público.

Outro ponto relevante é que o tratamento privilegiado, que é vedado pela legislação eleitoral, está relacionado à **exposição midiática objetivamente desproporcional** de candidata ou candidato e com uma cobertura jornalística que induza o eleitor a aderir a uma determinada candidatura por meio de pedido explícito de votos ou uso de palavras mágicas. Em nenhum momento, a inicial aponta dados que indiquem que houve essa exposição desproporcional ou propaganda eleitoral dissimulada. A defesa, por sua vez, demonstrou que convidou, de forma isonômica, todos os candidatos relevantes para participarem de programas, entrevistas e debates.

Portanto, partindo da premissa de que os comentaristas podem assumir posições políticas e expressar críticas e elogios a candidatos, que as emissoras são livres para definirem sua linha editorial e contratarem seus jornalistas de acordo com seus interesses e que as falas selecionadas não represem explícito manifesto de propaganda eleitoral, **conclui-se que não houve o alegado tratamento privilegiado.**

## **AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE ABUSO DE PODER ECONÔMICO**

Além de sustentar o favorecimento indevido à candidatura de Jair Bolsonaro, os autores também defendem que houve abuso de poder político e econômico, consistente no aumento de repasse de verbas publicitárias do governo federal para a Jovem Pan.

A principal prova apresentada na inicial é uma reportagem da Revista Piauí, que trouxe um quadro demonstrando o aumento do repasse de verbas publicitárias para a Jovem Pan:



Segundo a inicial, sob o governo Bolsonaro, a Jovem Pan teria triplicado as verbas de publicidade recebidas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom). Se em 2018, último ano do governo Temer, a Secom teria pagado R\$ 840 mil para a emissora, em 2021 esse valor teria saltado para R\$ 2,5 milhões.

Além dos recursos federais, outras estatais e órgãos públicos também teriam injetado dinheiro no grupo econômico da Jovem Pan, totalizando mais de R\$ 169 mil só em 2021.

Em 2021, ainda de acordo com a petição inicial, o grupo da Jovem Pan teria sido o maior beneficiário de verbas públicas entre emissoras de rádio, recebendo 13% do total investido, um montante superior a R\$ 2 milhões. Já em 2022, levantamento sobre inserções pagas do governo federal teria constatado flagrante disparidade de tratamento em relação aos concorrentes.

**Essas afirmações foram refutadas na contestação apresentada por Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, com base em documentos e dados extraídos do Portal da Transparência.**

Segundo o Portal da Transparência, a Jovem Pan teria recebido mais recursos publicitários nos governos do PT do que no governo Bolsonaro. Durante o governo Lula 2, a emissora teria recebido R\$ 8.807.350,75 de verbas publicitárias. Já no governo Bolsonaro, até 2021, esse valor caiu praticamente pela metade, resultado em um repasse de R\$ 4.631.423,51.

Governo	Folha		Piauí		Jovem Pan	
	Tota R\$	Total atualizado	Tota R\$	Total atualizado	Tota R\$	Total atualizado
Lula 1	R\$ 80.615.022,56	R\$ 213.236.527,55	R\$ 42.480,93	R\$ 104.660,27	R\$ 2.363.345,08	R\$ 6.130.687,15
Lula 2	R\$ 72.912.820,15	R\$ 158.654.446,91	R\$ 2.367.066,03	R\$ 5.162.115,87	R\$ 3.696.208,23	R\$ 8.087.350,75
Dilma 1	R\$ 53.022.284,84	R\$ 93.063.340,65	R\$ 1.087.277,58	R\$ 3.514.790,34	R\$ 4.200.368,73	R\$ 7.420.608,09
Dilma 2	R\$ 15.203.219,13	R\$ 21.545.935,25	R\$ 349.048,13	R\$ 492.193,88	R\$ 1.572.272,93	R\$ 2.254.251,48
Temer	R\$ 31.544.391,60	R\$ 41.487.657,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.348.890,88	R\$ 5.622.132,13
Bolsonaro	R\$ 1.945.693,41	R\$ 2.284.000,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.111.664,60	R\$ 4.631.423,51
<b>Total</b>	<b>R\$ 255.243.431,69</b>	<b>R\$ 530.271.919,73</b>	<b>R\$ 4.745.872,67</b>	<b>R\$ 9.273.760,36</b>	<b>R\$ 20.292.750,45</b>	<b>R\$ 34.146.453,11</b>

A tabela acima também demonstra que “*não é verdadeira a afirmação de que a verba publicitária da rádio teria sido triplicada desde o governo Temer para o governo Bolsonaro. Ao contrário, em dois anos de mandato, o governo Temer contratou o total de R\$ 5.622.132,13, ao*

*passo que o governo Bolsonaro adquiriu espaço no montante de R\$ 4.631.423,51. Ou seja, a verba do governo federal diminuiu” (pp. 9-10 da contestação).*

Por fim, a defesa demonstrou que as verbas de publicidade institucional **seguem parâmetros definidos pelo Tribunal de Contas da União, devendo ser distribuídas de acordo com a proporcionalidade de audiência nacional**. Considerando que a Jovem Pan é líder absoluta de audiência em seu segmento, é plenamente justificável que a emissora receba recursos proporcionais ao seu alcance e ao seu posicionamento no mercado, não tendo sido comprovado qualquer desvio de finalidade ou favorecimento indevido.

A alegação de abuso do poder econômico deve ser comprovada por provas robustas e não apenas por reportagens jornalísticas. Como se viu, a contestação apresentou dados oficiais do Portal da Transparência que contradizem frontalmente as informações trazidas pela reportagem da Revista Piauí, demonstrando que não houve aumento desproporcional de verbas publicitárias para a Jovem Pan durante o governo Bolsonaro.

Além disso, não foi demonstrada nenhuma relação de causalidade entre o suposto aumento de verbas publicitárias e uma mudança na linha editorial da emissora para favorecer o candidato Jair Bolsonaro. Seria necessário provar que houve uma orientação expressa do governo para que a Jovem Pan adotasse uma postura parcial em troca dos recursos, o que não foi sequer alegado na inicial.

Por fim, **a inicial não trouxe nenhum outro elemento que indicasse a existência de um esquema de compra de apoio midiático por parte do governo Bolsonaro**. Não há menção, por exemplo, a pagamentos por fora, caixa dois ou qualquer outro tipo de vantagem indevida que pudesse caracterizar o abuso do poder econômico. A simples contratação de publicidade institucional, seguindo as regras estabelecidas, não pode ser confundida com uma conduta abusiva.

## **INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA**

Pelo que foi visto até o momento, é fácil concluir que a narração dos fatos não leva logicamente à conclusão, pois a existência de comentários pontuais e recortados de alguns programas que possam favorecer ou prejudicar um dado candidato **não significa que os candidatos supostamente beneficiados devam ser responsabilizados por abuso de poder**.

Além disso, **a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) não é o instrumento processual adequado** para apurar e punir todas as infrações em matéria de propaganda eleitoral, devendo ser formulada representação própria contra as partes legítimas.

Esse entendimento foi firmado recentemente na AIJE nº 060138204, julgada em 27.11.2023. Na referida ação, a coligação Pelo Bem do Brasil, juntamente com Jair Bolsonaro, alegou que houve abuso do poder das comunicações praticado por diversos conglomerados de mídia, incluindo Rede Globo, CNN e Band, que beneficiaram a candidatura de Lula ao proporcionarem extensa cobertura de uma entrevista com conteúdo eleitoral e solicitação de votos durante o dia do primeiro turno, o que é vedado. O Tribunal Superior Eleitoral julgou improcedente os pedidos, assinalando, dentre outros argumentos, que as irregularidades apontadas foram consideradas episódicas e inexpressivas no contexto da disputa eleitoral, não configurando uso indevido dos meios de comunicação.

Na ocasião, o TSE destacou que as irregularidades relacionadas à propaganda eleitoral, identificadas durante a ação, não eram apropriadas para serem apuradas por meio de uma AIJE. Esclareceu que questões específicas de propaganda eleitoral deveriam ser tratadas em representações próprias, indicando que a AIJE não é o meio processual adequado para tratar de todas as formas de violações eleitorais. Confira-se a ementa na parte que interessa:

“AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL. COLETIVA DE IMPRENSA. CANDIDATO. CONTEÚDO ELEITORAL. DIA DO PLEITO. PRIMEIRO TURNO. TELEVISÃO. IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE. DISCURSO. COBERTURA DE ÓRGÃOS DE IMPRENSA. SIMETRIA. EVENTO PÚBLICO APÓS RESULTADO. ATIPICIDADE. TRATAMENTO PRIVILEGIADO. NÃO CONFIGURAÇÃO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

[...]

5. O uso indevido de meios de comunicação, tradicionalmente, caracteriza-se pela exposição midiática desproporcional de candidata ou candidato.

6. O desequilíbrio da exposição é um parâmetro que foi construído considerando-se a mídia tradicional - rádio, televisão e imprensa escrita. Esses veículos sujeitam-se à disciplina constitucional da ‘Comunicação Social’, que concilia a liberdade e a responsabilidade jornalística, em um cenário no qual se pressupõe haver significativa concentração das fontes de informação (arts. 220 a 224 da CR/1988).

7. A gênese da qualificação dessa modalidade abusiva, portanto, é o paradigma da comunicação de massa (um-para-muitos), em que poucos veículos concentram o poder midiático e, com ele, particular capacidade de influência sobre a sociedade. Se o espaço e a credibilidade de um veículo de comunicação passam a servir para impulsionar uma candidatura ou uma plataforma político-eleitoral, há ensejo para apurar o abuso do poder.

[...]

12. O núcleo fático do uso indevido de meios de comunicação pode recair sobre outras condutas tipificadas na legislação, inclusive as vedações em matéria de propaganda eleitoral e os crimes eleitorais correlatos.

[...]

17. Impõe-se às emissoras de rádio e televisão conceder tratamento isonômico às candidaturas em sua programação normal e em seu noticiário (art. 45, IV, da Lei nº 9.504/1997).

18. Todavia, isso não significa garantia de ‘espaço idêntico a todos os candidatos na mídia, mas, sim, tratamento proporcional à participação de cada um no cenário político’ (Rep nº 0601024-78, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, publicado em sessão em 11/09/2018).

19. Os crimes eleitorais, as demais condutas que violam o período de reflexão e o tratamento privilegiado por emissoras não equivalem a uma previsão abstrata de abuso de poder. Esse ilícito deve ser aferido concretamente, considerando seus elementos constitutivos próprios.

20. A gravidade é elemento típico das práticas abusivas, que se desdobra em um aspecto qualitativo (alto grau de reprovabilidade da conduta) e outro quantitativo (significativa repercussão em um determinado pleito). Seu exame exige a análise contextualizada da conduta, que deve ser avaliada conforme as circunstâncias da prática, a posição das pessoas envolvidas e a magnitude da disputa.

21. A produção de efeitos anti-isonômicos severos é requisito para aferir a gravidade da violação a regras eleitorais estruturadas para resguardar a igualdade de chances. O uso indevido dos meios de comunicação, nas hipóteses de alegada violação ao período de silêncio e tratamento privilegiado por emissora, comporta, assim, comparações com outras candidaturas.

22. Não se trata, no caso, de transformar o candidato investigante em investigado, mas, sim, de se constatar a impossibilidade lógica de se falar em desproporcionalidade da projeção de uma candidatura, sem dimensionar o quanto foram expostas as demais.

[...]

48. A 'prova robusta', necessária para a condenação em AIJE, equivale ao parâmetro da prova 'clara e convincente' (*clear and convincing evidence*).

49. A tríade para apuração do abuso - conduta, reprovabilidade e repercussão - se perfaz diante de: a) prova de condutas que constituem o núcleo da causa de pedir; e b) elementos objetivos que autorizem: b.1) estabelecer um juízo de valor negativo a seu respeito, de modo a afirmar que são dotadas de alta reprovabilidade (gravidade qualitativa); e b.2) inferir com necessária segurança que essas condutas foram nocivas ao ambiente eleitoral (gravidade quantitativa).

50. Na hipótese, não há indícios mínimos de que tenha havido, por parte de emissoras de televisão, tratamento privilegiado aos investigados no dia do pleito [...]

### **53. A apuração de irregularidades relativas à propaganda eleitoral somente poderia ser provocada em representação própria.**

54. Não se discutiu nos autos, ou se evidenciou, elemento que permita concluir pela presença de indícios da prática de crimes previstos no art. 39, § 5º, da Lei nº 9.504/1997.55. As condutas dos investigados que configuram irregularidades à luz das normas sobre propaganda não ostentam gravidade suficiente para alcançar dimensão abusiva, pois: 55.1 a reprovabilidade do ato é mínima, já que: a) a entrevista coletiva durante o horário da votação foi ato pontual e praticado de forma similar pelo candidato investigante, sendo incapaz de ferir a liberdade do voto e a isonomia; b) o comício, ato de maior envergadura, não impactou sobre o exercício do voto no primeiro turno; e c) o post contendo imagem do comício e mensagem indicando que, no dia seguinte ao evento, teria início a campanha é incapaz de afetar, de qualquer forma, bens jurídicos tutelados pela AIJE; 55.2 o fato não teve repercussão relevante no contexto da eleição, pois: a) a conduta do primeiro investigado não lhe assegurou maior tempo de exposição midiática do que tiveram outras candidaturas; b) a similaridade do teor das entrevistas concedidas pelos candidatos investigante e investigado demonstra que adotaram a mesma tática para contornar a proibição de veicular propaganda eleitoral no dia do pleito; c) a comprovada repercussão da entrevista do candidato investigante em suas redes sociais, em contraste com a ausência de prova de efeito equivalente por parte do candidato investigado, fulmina a tese de que os fatos apurados teriam levado à exposição desproporcional da candidatura dos investigados em detrimento de outras, durante o horário de votação; e d) não houve nova entrevista coletiva no segundo turno da eleição, sendo observada de forma atenta a recomendação proferida nestes autos.

56. Assim, levando-se em consideração a magnitude do pleito presidencial e a característica episódica das irregularidades demonstradas, inexpressivas no contexto da disputa, concluo pela não configuração do uso indevido dos meios de comunicação.

[...]

58. Pedido julgado improcedente”.

(TSE, Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 060138204, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 27.11.2023).

No mesmo sentido, já decidiu esta Corte que “à luz do princípio da reserva legal proporcional, nem todo ato ilícito reconhecido por esta Justiça especializada será necessariamente abusivo e, por conseguinte, apenado com inelegibilidade e cassação do registro, do mandato ou do diploma, sendo cabível impor sanções outras, a exemplo de suspensão imediata da conduta, direito de resposta e multa” (TSE, Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 601862-21.2018.6.00.0000, Acórdão, **Min. Jorge Mussi**, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 19.9.2019).

De fato, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) possui um escopo e características específicos que a delimitam como um instrumento processual com propósitos bem definidos. Sua principal função é investigar condutas dos candidatos que possam comprometer a igualdade de oportunidades no processo eleitoral.

O artigo 45, IV, da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) especifica que violações relacionadas à propaganda eleitoral, como o tratamento privilegiado por emissoras de rádio ou televisão, devem ser abordadas por meio de Representações, com as emissoras atuando como sujeitos passivos e submetidas à possível imposição de multas. A tentativa de enquadrar infrações dessa natureza em uma AIJE, buscando penalidades mais severas e ampliação do polo passivo, desconsidera a natureza específica dessas infrações e os sujeitos legítimos para tais representações, que são as emissoras, e não os candidatos.

A AIJE tem apenas duas sanções: (a) cassação do registro ou do diploma e (b) inelegibilidade.

O TSE tem entendido que, em relação à cassação do registro ou do diploma, basta comprovar que o candidato se beneficiou efetivamente de atos ilícitos, conforme estabelecido no RO nº 223037/AP, Rel. Ministra Rosa Weber, julgado em 6.3.2018. Não é necessário demonstrar que o candidato teve participação, consentimento, conhecimento ou mesmo que estava ciente da prática desses atos ilícitos. Isso se deve ao fato de que a LC nº 64/1990, em seu artigo 22, iXIV, prevê a “*cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação*”.

Por outro lado, quanto à penalidade de inelegibilidade, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu que essa é uma sanção de caráter estritamente pessoal. Assim, ela **não se aplica àqueles que meramente se beneficiaram dos atos abusivos**, mas somente aos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a ocorrência desses atos, conforme evidenciado em decisões como o AgR-RESpe nº 1042-34/SP, relatado pelo Ministro Henrique Neves em 1º.12.2015, e o RESpe nº 695-41/GO, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes em 19.5.2015.

Neste caso, o pedido limita-se à declaração de inelegibilidade. Portanto, seria necessário **demonstrar não apenas o benefício direto ao candidato resultante de atos ilícitos, mas também sua contribuição ativa para a prática desses atos, o que não houve no caso.**

Mesmo em relação ao alegado abuso do poder econômico, também não houve qualquer descrição de conduta ilícita por parte dos candidatos. Não basta simplesmente alegar que houve repasses de verbas publicitárias, sem uma indicação de desvio de finalidade ou um

plano deliberado, envolvendo acordos espúrios e conluíus com o intuito de financiar o meio de comunicação para a difusão de propaganda eleitoral dissimulada, favorecendo determinado candidato ou prejudicando outros.

A análise detida do caso concreto revela uma carência de evidências de qualquer relação direta que vincule, de maneira robusta, o candidato ao veículo de comunicação em questão. Além disso, a fundamentação da alegação de aumento de repasse em reportagens cujos conteúdos divergem dos dados disponibilizados pela Transparência Brasil põe em xeque a robustez da acusação.

Ademais, a AIJE possui *standards* probatórios próprios, sendo necessário não apenas comprovar a existência de uma conduta abusiva, mas também demonstrar que essa conduta possui uma gravidade suficiente, tanto qualitativa quanto quantitativa, para justificar sanções severas. É pressuposto da AIJE a existência de um substrato probatório sólido e coerente que justifique a imputação de responsabilidade e, por consequência, a aplicação das graves sanções nela previstas.

Logo, essa poderosa ferramenta jurídica, tão relevante para a garantia da probidade e da legitimidade do processo eleitoral, não deve ser manuseada levemente, dado o impacto de suas possíveis consequências sobre a carreira política dos indivíduos e, por extensão, sobre o equilíbrio democrático.

No caso dos autos, além da alegação de que houve repasse de verbas publicitárias do governo federal para a rádio Jovem Pan, também alega-se que a linha editorial da emissora favoreceu a candidatura de Jair Bolsonaro. Contudo, conforme visto, os comentários citados na inicial estão amparados pela liberdade de expressão. Evidentemente, a liberdade de expressão não protege a disseminação de informações falsas ou ataques completamente dissociados de base empírica. Entretanto, no caso concreto, o que se percebe é a manifestação de entendimentos políticos e análises da realidade segundo uma ótica particular dos comentaristas.

Para mais, a influência real desses comentários no equilíbrio do processo eleitoral não foi demonstrada de maneira convincente, até mesmo porque os ouvintes da emissora já estão familiarizados com sua linha editorial e o estilo dos debates apresentados.

Do mesmo modo, ainda que houvesse um enviesamento de tratamento em alguns programas, o potencial de minar a igualdade de oportunidades é inexistente. Isso se deve, em parte, ao contexto mais amplo de como a mídia opera em uma democracia. Em sociedades democráticas, a pluralidade de vozes e perspectivas é não apenas esperada, mas essencial para o funcionamento saudável do debate público. Assim, mesmo que algumas emissoras tenham adotado uma postura mais crítica em relação a determinados candidatos ou partidos, esse fenômeno deve ser visto dentro de um panorama mais amplo de diversidade de opiniões e análises.

Houve emissoras que adotaram uma postura mais antibolsonarista, por exemplo, mas esse posicionamento não pode ser isoladamente considerado uma ameaça à igualdade de oportunidades no processo eleitoral. Isso porque, em uma sociedade que cultiva a liberdade editorial da imprensa, é natural que diferentes meios de comunicação tenham linhas editoriais distintas. Essa diversidade contribui para um debate público mais rico e complexo, produzindo um equilíbrio sistêmico na cobertura e permitindo que os eleitores sejam expostos a uma ampla gama de pontos de vista.

**Conclui-se, portanto, que não estão presentes os requisitos mínimos de admissibilidade para que a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) prossiga.** Essa constatação se alinha à ideia de que a mera possibilidade de processamento de demandas desta natureza pode transmitir uma mensagem indesejável à sociedade, enviando um sinal preocupante de que as ideias dissonantes devem ser silenciadas.

Nesse sentido, assim já decidiu o **Tribunal Superior Eleitoral**:

**8. É ônus da parte autora construir uma narrativa minimamente verossímil sobre as condutas dolosas e de má-fé atribuídas aos supostos envolvidos, pois a jurisdição não pode se mover a partir de meras especulações.**

[...]

**18. O simples processamento de demanda desta natureza é capaz de enviar indesejável mensagem à sociedade, no sentido de que as falas de candidatos não poderiam ser criticadas ou mesmo ensejar discussões sobre temas relevantes para o contínuo processo civilizatório.**

19. Indeferimento da petição inicial e extinção do processo sem resolução do mérito mantidos.

20. Agravo interno desprovido.

(TSE, Agravo Regimental em Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 060162460, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 28.8.2023– grifou-se).

Portanto, a petição inicial deve ser indeferida pelas seguintes razões:

- as críticas e opiniões expressas pelos comentaristas da emissora estão protegidas pela liberdade de expressão, não tendo havido pedido explícito de voto, uso de palavras mágicas ou exposição desproporcional de candidaturas;
- a alegação de tratamento privilegiado pela Jovem Pan não se sustenta ao considerar a diversidade de vozes e opiniões presentes em sua programação, bem como a falta de demonstração de que tais alegações tiveram impacto significativo no equilíbrio do processo eleitoral;
- não foi demonstrada a existência de uma conduta que caracterizasse abuso de poder econômico, político ou uso indevido dos meios de comunicação de forma a comprometer a igualdade de oportunidades entre os candidatos no pleito eleitoral;
- não foi comprovada a distribuição ilícita de verbas publicitárias, apontada como evidência de abuso de poder econômico, muito menos a existência de um esquema deliberado para influenciar o pleito;
- a tentativa de enquadrar tais manifestações dentro do conceito de abuso de poder revela uma compreensão equivocada sobre o escopo da AIJE e os princípios que regem a propaganda eleitoral.

## **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, considerando a inépcia da inicial e ausentes indícios mínimos que justifiquem a propositura da ação, nos termos do art. 22, I, c, da LC nº 64/1990 c/c os arts. 330, III, e 485, I, do CPC, **indefiro a petição inicial e extingo o processo sem resolução do mérito.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de setembro de 2024.

**Ministro RAUL ARAÚJO**

## Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral